

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

SHAYANA BUSSON DOS SANTOS

Juventude e caminhos de militâncias: entre TICS e a política

Maceió
2015

SHAYANA BUSSON DOS SANTOS

Juventude e caminhos de militâncias: entre TICS e a política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. João Bittencourt

Maceió
2015

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central**

Bibliotecário Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

S237j Santos, Shayana Busson dos.
Juventude e caminhos de militâncias: entre Tic's e a política. /
Shayana Bussson dos Santos. Maceió – 2015.
86 f.

Orientador: João Bittencourt.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 82-86.

1. Movimentos sociais. 2. Ciberespaços. 3. Juventude. I. Título.

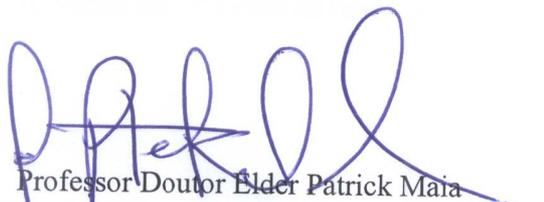
CDU: 316.772.5

SHAYANA BUSSON DOS SANTOS

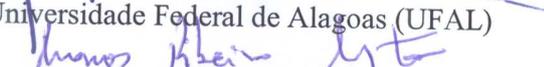
Juventude e caminhos de militâncias: entre TICS e a política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia.

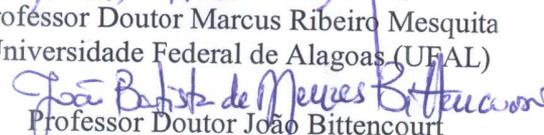
COMISSÃO JULGADORA



Professor Doutor Elder Patrick Maia
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Professor Doutor Marcus Ribeiro Mesquita
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Professor Doutor João Bittencourt
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Aprovada em: 12 de junho de 2015

Local de Defesa: Sala de Multimídia do último bloco do *Campus Maceió* da Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Mary Garcia Castro por muito ter me ajudado na iniciação a pesquisa científica desde a graduação, e até então me orienta com ideias excelentes para o mestrado.

Agradeço à CAPES pelo incentivo à pesquisa por meio da concessão de bolsas de estudos durante o período do Mestrado.

Agradeço ao meu filho Áyron Busson pela contravenção ideológica que me causou com sua chegada durante o mestrado, por toda desatenção que tive que dar aos livros pensando em atender-lhe, mas não me fez menos intelectual, ao contrário, me reportei à história da humanidade, o quanto é importante e definidor o papel da mãe na construção de sociedades, isso foi valioso para o desenrolar do meu entendimento acadêmico.

Agradeço aos jovens professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas por dedicarem-se cotidianamente e com afinco à evolução do curso de Mestrado em Sociologia, especialmente ao meu orientador João Bittencourt pela paciência e, sobretudo, pela afeição grandiosa a temas inovadores, criativos, e profundos do conhecimento sociológico, que muito me serviram de base inspiradora.

Juventude e caminhos de militâncias: entre TICS e a política

RESUMO

Esta dissertação faz um apanhado bibliográfico dos estudos sobre movimentos sociais identificando o momento em que emergem e se popularizam as novas tecnologias digitais, bem como se expande o uso da internet. Discutimos as principais alterações trazidas pela internet no contexto de produção e de teorização de movimentos sociais, bem como as modificações estabelecidas no domínio das dinâmicas políticas entre jovens conectados virtualmente. Tenta-se problematizar as formas contemporâneas de movimentação política da juventude a partir de análises histórico-sociológicas que observam na origem da internet (desde a década de 70) e na história dos movimentos sociais (desde o século XIX) influências mútuas que ora se significam, ora demonstram persistências e tradições participativas. As formas de sociabilidade mediadas ciberneticamente em movimentos sociais de jovens é o foco desta investigação, pois vêm introduzindo dinâmicas estruturadas por códigos de toda uma arquitetura eletrônica (material, lógica, geográfica), que por sua especificidade sociotécnica, registra perfis de militâncias deveras distintas. Portanto, com esta dissertação nos dedicamos a observar tal contexto e trazer à tona experiências práticas de jovens no ciberespaço.

Palavras chave: movimentos sociais; ciberespaço; juventude.

Youth and militancy paths: between ICT and politics

ABSTRACT

This thesis is a literature overview of studies on social movements identifying the moment they emerge and new digital technologies become popular and the use of the internet expands. We discuss the main changes brought by the internet in the context of production and social movement theory and the changes established in the field of political dynamics among young virtually connected. We try to discuss contemporary forms of youth political movement from historical and sociological analyzes that observed in the internet origin (from the 70s) and the history of social movements (since the nineteenth century) mutual influences that sometimes re- mean , or sometimes demonstrate persistence in participatory traditions. The sociability of ways mediated cybernetically in social youth movement is the focus of this investigation, as are introducing dynamic structured by codes of an entire electronic architecture (material, logic, and geographical), which in socio-technical specificity, records truly distinct militancy profiles. Therefore, with this thesis are dedicated to observe such a context and bring up experiences young practices in cyberspace.

Keywords: social movements; cyberspace; youth.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	09
2CAPÍTULO I. BREVE ESTADO DA ARTE SOBRE TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	19
3CAPÍTULO II. REDES DE INTERNET E MOVIMENTOS SOCIAIS: MAPEANDO DEBATES	31
4CAPÍTULO III. REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE E PROTAGONISMO POLÍTICO	52
4.1I.Juventude por gerações.....	53
4.2 II.Juventude como foco acadêmico.....	60
5CAPÍTULO IV. MOVIMENTOS VIRTUAIS DE JOVENS:MOVIMENTO ESTUDANTIL E MOVIMENTO DE MULHERES PELO PARTO HUMANIZADO.....	68
6CONCLUSÕES.....	79
REFERÊNCIAS.....	82

Introdução

Descrevemos parte do cenário teórico sobre movimentos sociais produzidos antes e após a popularização das redes sociais de internet, evidenciando um quadro de múltiplos significados sobre o papel, o impacto, e a mediação da internet na compreensão de movimentos sociais da atualidade.

Para uma grande parte de pesquisadores, as redes virtuais são instrumentos que contribuem na estratégia de divulgação e mobilização dos movimentos sociais. Por esse ponto de vista, a mediação de muitos eventos políticos via internet apresenta enormes vantagens em termos de projeção visual e alcance comunicacional; e assim uma singular proeminência geográfica e social de protestos e campanhas ganha mais centralidade a partir da aderência de movimentos sociais às redes eletrônicas.

Mas para além da visão de potencialidade instrumental da internet no interior de movimentos, outros cientistas salientam que o engajamento político na esfera eletrônica provoca tendências à individualização das ações, fugacidade, “presenteísmos”, minimalismos, ramificações de movimentos, dinâmicas mais flexíveis e horizontalizadas, militância simultânea, aparição de novos “sujeitos enunciativos”. Desta forma o diagnóstico das relações estabelecidas entre movimentos sociais e redes virtuais é percebido segundo inovações na própria constituição, caráter, e cultura de movimentos sociais.

Dizemos em linhas gerais, portanto, que as primeiras expressões deste cenário se concatenam na ideia de que as redes sociais eletrônicas quando utilizadas para atividades políticas de movimentos sociais, refletem basicamente dois arranjos de compreensão: ora se apresentam como instrumento, ao serem utilizadas para fins de divulgação, informação, e expansão das lutas dos movimentos; ora se apresentam como linguagem, quando se tornam parte cotidiana da construção de ações políticas, ambiente principal de atividades desses movimentos, dando a eles uma significância própria dos desenhos que a rede mundial de computadores proporciona. Com isso buscamos analisar sentidos de ação, comportamentos, mudanças, e tradições da política nos movimentos sociais juvenis após o uso das redes de internet.

Surge neste trabalho a necessidade metodológica de ponderar tais fenômenos a partir da investigação científica sócio-histórica formulada por diversos pensadores das áreas de ciências humanas imbuídos em temas como Redes Telemáticas, Democracia Virtual, Participação da Sociedade Civil, Nova Teoria dos Movimentos Sociais, Sociologia da Juventude, Cidadania *Online*, etc, (CASTELLS, 1999; AMADEU, 2007; MACHADO, 2007; LEMOS, 2008; DAGNINO, 2002; NOVAES, 2005; PAIS, 1990; GONH, 2008). No entanto em nossa avaliação, contribui para um olhar ainda mais investigativo e uma visão aprofundada acrescentarmos pesquisas diretas com alguns movimentos juvenis da contemporaneidade.

Com tal proposta, formularemos análises e observações de jovens ativistas virtuais, como eles percebem e se auto-percebem nas redes de movimentos sociais *online*? Como atores transformadores? Apenas comunicadores? Assim, as redes de internet estariam funcionando enquanto instrumento (meio) político, onde ações virtuais são apenas reflexos de ações presenciais? Ou funcionam como linguagem e cultura própria, fomentando movimentos de vivências diversas da tradição político participativa?

Designadamente, as possibilidades de interpretação que irão qualificar os determinantes de nossas indagações se abalizam no breve exame de relatos de experiências vividas nas redes de internet com coordenadoras de alguns grupos virtuais escolhidos aleatoriamente por serem representativos da multiplicidade do movimento de mulheres pelo parto humanizado e maternidade ativa. São eles: “Roda Gestante” (762 membros), “Pediatría Radical” (13.970 membros), e “Maternidade Ativa” (1.216 membros), todos grupos formados por mulheres, jovens, e auto-declaradas ativistas. Sucede incluirmos também pesquisa direta realizada com jovens, homens e mulheres, atuantes do movimento estudantil, e presentes no Congresso da União Nacional dos Estudantes de 2013.

Esses dois “modelos” de movimentos sociais (estudantil e mulheres maternas) caracterizam a ambição de traçarmos um roteiro específico com sujeitos que entram mais rapidamente em sintonia com as novas tecnologias, e em paralelo estão na vanguarda da grande maioria de movimentos sociais em todo o mundo, são eles, os jovens.

Sugerimos o movimento estudantil porque é de maioria jovem e possui respaldo na história política brasileira, além de se constituir mais estável e regularmente (não quero dizer

homogeneamente). Pensamos que se em outrora, na história da ditadura militar brasileira, mesmo quando os governos cerceavam o direito de uma comunicação livre, esse movimento (estudantil) se manteve resistente, quiçá por ora donde as tecnologias encontram-se ao alcance da grande massa de forma mais popularizada e acessível.

Pelo mesmo viés, avalia-se importante pesquisar o tema proposto a partir dos movimentos de mulheres maternas, pois os mesmos demonstram uma maioria quantitativa de jovens, geralmente mulheres em fase de gestação e pós-parto, e ressaltam atmosferas inéditas por sua constituição mais contemporânea e sua frequência massiva no interior das redes virtuais.

Por esses elementos, esses dois grupos juvenis apresentam-se referentes e significantes para um diagnóstico panorâmico de ambientes políticos ora inéditos e ora mais tradicionalizados que navegam entre redes virtualizadas de jovens. Embora sejam movimentos dessemelhantes em seus interesses e objetivos, utilizam-se da infraestrutura tecnológica para efetivar e organizar suas demandas, além de seus militantes serem preponderantemente jovens com habilidades em mídias de internet.

Tenta-se abranger as circunstâncias atuais de militantes de movimentos sociais frente as “invasões” das redes eletrônicas, o quanto dedicam valor e importância a seu uso como ferramenta, e se ideais de transformação social vêm sendo perpassados por dimensões de virtualidade, tal como insinua LEMOS (2004, p.14): “o mundo real se tornou o mundo imaginário em pouco tempo”.

Sem dúvida a compreensão de que na atualidade todos os processos da vida (lazer, trabalho, relações privadas, política, entre outras) estão integrados a um sistema informacional capitalista que reconfigura o cotidiano das pessoas a partir da nova ordem de relações, símbolos, e identidades cibernéticas, é tese já discutida com abrangentes interpretações por autores como Castells (1999), e Melucci (1989), portanto as duas breves pesquisas de campo realizadas no percurso dessa dissertação serão aqui mencionadas como exemplos e impressões para compreensão do que já se afirma haver concretamente: interferência entre sistema virtual mundial e relações sociais. Mas como se dá essa experiência no interior de movimentos sociais de juventude?

Delimitamos que apenas participantes e coordenadores(as) de grupos e movimentos sociais/virtuais seriam perfilhados, a fim de identificarmos em termos mais homogêneos a relevância política que as redes *online* têm tomado para os movimentos jovens de mulheres, e estudantil. Como esses movimentos estão se apropriando e sendo apropriados pela internet? Estão se re-moldando? O apelo estético, a arquitetura informatizada, e todos os recursos e desenhos eletrônicos possibilitaram a formação de novas culturas para esses movimentos? Na ordem do discurso e da ação, quais as mudanças experimentadas?

Sabe-se que a proliferação de ações coletivas associadas ao ciberativismo tem se acentuado desde os protestos Neozapatistas no México (1994)¹ em que foi lançada a “rede transnacional de solidariedade” aos indígenas de Chiapas. Outro marco foram as mobilizações antiglobalização em Seattle em 1999²; a queda do presidente das Filipinas Joseph Estrada em 2001³; a onda revolucionária que ficou conhecida como “primavera árabe”, em 2010⁴; e no Brasil, as famosas “jornadas de junho” em 2013⁵.

Entretanto nosso foco principal não serão os variados tipos e oportunidades de mobilizações ciberativistas. Apresentaremos o estado da arte sobre ciberativismo de uma forma geral ao falarmos de ações políticas na internet, mas nos interessa de fato as ações continuadas, de base militante. Portanto enfatizaremos o ciberativismo principalmente no âmbito dos movimentos

¹ Em 1994 o Estado mexicano denominado Chiapas foi palco de uma tentativa de insurreição nacional promovida pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, formado por indígenas da região. Os militares revolucionários conseguiram chamar atenção do mundo todo ao tomarem algumas cidades do México e reivindicarem a não adesão do país ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (ALCA), entre Estados Unidos, Canadá e México. Esse movimento se tornou marcante entre os ciberativistas em 1994, pois foi o primeiro a utilizar as capacidades de mobilização virtuais, lançando mão de blogs e emails para divulgarem suas ações. “Como sua causa foi empurrada para a vanguarda das redes on-line dos defensores sociais, os zapatistas conseguiram forçar as negociações com o governo mexicano e atrair atenção internacional para os efeitos prejudiciais do livre-comércio sobre as populações indígenas” (GIDDENS, 2005, p.359).

² Intensos protestos marcaram a reunião da cúpula da Organização Mundial do Comércio na cidade de Seattle (EUA) no ano de 1999. Tais protestos são marcantes a medida em que irrompem o silêncio midiático quanto aos problemas da mundialização do neoliberalismo, também porque nesse momento as ferramentas de internet são usadas com intensa popularidade, e, por ora, começam a emergir movimentos mundiais antiglobalização (BRINGEL; MUNÓZ, 2010).

³ Joseph Estrada, presidente das Filipinas, em 2001, foi afastado do poder em uma onda de protestos que tomou conta do país, e teve a internet como grande aliada das articulações políticas (ALCÂNTARA, 2013).

⁴ Os países árabes atingidos por uma avalanche de protestos sociais no ano de 2010 foram o Egito, Iêmen, Bahrein, Jordânia, Síria e a Líbia. A população insatisfeita fez uso das novas tecnologias para convocar o povo às ruas e juntos protestarem contra os governos. Em alguns desses países o acesso à internet foi proibido, e isso veio a reforçar o papel político que as redes sociais exerceram. A “primavera Árabe” hoje em dia é reconhecida por muitos como revolta marco do uso das novas tecnologias (BRUNELLY; TAVARES, 2012).

⁵ Em junho de 2013 no Brasil o movimento pelo passe livre da cidade de São Paulo começou uma convocação para as ruas, e tal manifestação foi duramente combatida pelas forças militares. Esse combate repercutiu nacionalmente e dezenas de outras manifestações se espalharam por todo país. As jornadas de julho ficaram conhecidas como as maiores manifestações populares da era moderna no Brasil, e têm em seu bojo o uso de ferramentas eletrônicas por parte de jovens.

sociais, e não em todas as suas expressões, como por exemplo, o ciberativismo de campanhas e protestos, em regra, bastante efêmeros e passageiros.

Com tal proposta investigativa exploramos, a princípio, o estado da arte sobre movimentos sociais elaborado por Maria da Glória Gohn (2008) entre outros autores, buscando apreender elementos históricos da atuação das massas na sociedade ante as injustiças. A partir dessa autora brasileira trazemos uma gama de contribuições que cada pesquisador em sua época formulou a propósito das mobilizações sociais, e com isso visualizamos o panorama das agendas de pesquisa sobre movimentos sociais, a fim de verificar apontamentos e arguições sobre o papel e a recepção das redes sociais de internet para o contexto de ações políticas mobilizadoras.

No momento seguinte delineamos um quadro de opiniões de autores referente às práticas ciberativistas e as metamorfoses ocorridas nos movimentos políticos a partir da introdução de novas tecnologias de informação, especialmente com acesso a internet, salientando as diferentes perspectivas de análise que, para esses autores, a virtualização da política provoca na sociedade e nos movimentos. Algumas dessas correntes anunciam tendências que têm resignificado forma e conteúdo da acepção clássica dos movimentos sociais, bem como salientam que as redes de internet têm contribuído significativamente para tais mudanças e muitas novidades; Já outras, sem polarizar mundo virtual e mundo presencial dimensionam o ciberativismo como imbuído das próprias transformações sofridas pelos novos movimentos sociais, sistematizando que seu desenvolvimento ocorra a partir de legados históricos herdados de militâncias remanescentes da década de 70, como o movimento punk (LE MOS, 2004) e os neohippies (ALCÂNTARA, 2013), por exemplo. Desse modo, ocorre que o espaço de discussão sobre movimentos sociais e ciberativismo se apresenta segundo uma pluralidade de juízos, ora divergentes, mas que nos ajudarão a diagnosticar, aliado a pesquisa direta com jovens, os sentidos de militância *online*, se a internet tem funcionado com o que se convencionou entender por movimentos sociais, se militantes virtuais acreditam na transformação social via ambientes virtuais, e se teoria e prática sobre redes de internet e política comungam de valores e experiências similares.

Na terceira parte trazemos uma discussão histórica em torno da categoria jovem, desde quando algumas correntes da sociologia da juventude salientam sua predominância em atividades

políticas de enfrentamento público. Ressaltamos as principais doutrinas quanto à predisposição ou não dos jovens em expressar-se politicamente, trazendo a tona o paradigma da juventude enquanto sujeito de transformação social. Deste modo pretendemos lançar mão do entendimento que, sob o ângulo estatístico que atribui à juventude predominância de acesso à internet, alia juventude e participação em movimentos políticos virtuais.

A partir dessa base propositiva dissertamos a termo sobre a **hipótese** mais central de que as redes de internet têm se estendido para além da promoção e destaque de lutas dos movimentos sociais, para além de um caráter técnico, comunicacional, instrumental, visual; e assim os jovens de movimentos sociais totalizam seu uso fomentando dimensões peculiarmente novas para suas atividades políticas. Não somente o poder de alcance se encarna no esforço diário dos ciberativistas de movimentos sociais juvenis, mas também o próprio vigor da navegação, sua prática minuciosa e intermitente, inflada por sonhos e vontades políticas ora renovadas ora já conhecidas. A crença da juventude na transformação social por meio da tecnologia de comunicação cibernética, como demonstraremos a seguir, expressa, em linhas gerais, que o ciberativismo não se apresenta apenas por sua capacidade “meio” de interferência, mas, provavelmente por sua possibilidade “fim”, e sua alta probabilidade de envolvimento cotidiano. As expressões, valores, e comportamentos políticos, lançados na rede, em muitas vezes esquecidos pela teoria dos novos movimentos sociais, reconfiguram a acepção clássica dos mesmos, pois criam hábitos distintos, ainda que muitos se inspirem em um passado não distante, mas continuamente promovam um verdadeiro desafio às reflexões acerca da política em seu entorno virtual e presencial.

O ativismo virtual, em tantas de suas facetas, corporifica o destino da política juvenil a medida em que remaneja das grandes instituições o ritual político tradicional de disputa ideológica e lança-o no cotidiano das pessoas, promovendo um enorme engajamento de informações políticas e complementando a política presencial. Suas consequências, aparentemente caóticas, influenciam mudanças *off-line* e servem como ferramentas para o avanço de cada um como comunicador, formador, afirmando a leitura de que quando conectados temos mais possibilidades de decisão. Nesse sentido, os movimentos sociais tanto são auxiliados e funcionam como aliados, ou mesmo produtores originais de milhares de lutas, quanto se revigoram com tendências mais individualizadas, humoradas, menos compromissadas, fugazes, sem densas bases teóricas.

Por todo este contexto pretendemos acessar o tema juventudes considerando a complexidade das iniciativas lançadas por esta categoria na rede mundial de computadores, reconhecendo que as mais recentes vontades e subjetividades políticas ressurgem com resistências e reivindicações diversas e diferenciadas. Tal intento pede revisitar perspectivas que entrelaçam juventude, redes virtuais, e movimentos sociais.

A experiência histórica das instituições de reprodução das lutas sociais demonstra que não basta saber falar, ter jornais, ter telefones, ou ter acessos para progredir na arena de disputas políticas. Karl Marx e Frederic Engels, por exemplo, venceram na disputa de correntes ideológicas sobre liderar o proletariado dos utopistas⁶, influenciando toda a constituição do movimento operário europeu do século XIX⁷ (PINSKY; PINSKY, 2003) sem um meio de comunicação tão próximo - como é a internet -, ou mesmo, tão “popular” - como é o telefone -, de divulgarem suas ideias. As antigas revoluções do século XVIII foram conduzidas, sem dúvida, com agremiações, diálogos, e conversas entre grupos, mas não basta ter pessoas que saibam falar, ter espaços para agremiar-se, etc, é necessário que o discurso e sua performance convençam, aproximem, unifiquem, simbolizem, mobilizem. Nessa perspectiva, há mais do que técnica ao se organizar uma mobilização social, há também o “porquê” organizar? Onde? Como? Quem? É então que se nega a causa do poder de transformação, mobilização, ou construção de lutas somente pela existência de um “meio” em que pessoas podem falar com outras a longo alcance. A capacidade mediadora da internet para influenciar movimentos e pessoas no mundo todo é alta, mas a disposição essencial em que se convence pessoas a produzirem uma “cena” de contestação política coletiva não se restringe ao acesso às estruturas físicas da rede. É necessário que pensemos que a “condição” técnica da internet, não é o que há de principal para a produção, reprodução, e proliferação de movimentos sociais virtuais. Como mesmo enfatiza o filósofo Martin Heidegger (2001, p.11), “a técnica não é igual a essência da técnica”, o decisivo na técnica não é fazer, manusear, e nem aplicar, é sim o âmbito onde se dá o desencobrimento e o descobrimento, esses significam a disposição de explorar a própria técnica, destarte, o pôr sentido à técnica é sua característica fundamental.

⁶Mikhail Bakunin (1876), Pierre Joseph Proudhon (1865), Auguste Blanqui (1881), e Ferdinand Lassalle (1864).

⁷“Em comparação com a perspectiva dos autores do *Manifesto Comunista*, o ponto de vista de Bakunin ou de Proudhon pareciam românticos, simplistas, o de Lassalle ou o do cartista Jones pareciam pecar por falta de abrangência, por estreiteza. [...] Para Marx e Engels, os trabalhadores deveriam unir-se em torno de ações práticas, de reivindicações concretas, evitando dedicar atenção excessiva a divergências filosóficas. O compromisso com objetivo estratégico – a revolução – não excluía, mas a té aproveitava a conquista de determinadas reformas, capazes de fortalecer o movimento”. (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 179).

Ao tentar entender o fenômeno do ciberespaço, André Lemos (2013), de outro modo, menciona a Teoria do Ator-Rede (TAR)⁸. Para ele, é preciso analisar como se dão as associações virtuais de indivíduos em suas dimensões abstratas e relacionais, pois além da ideia de infraestrutura técnica, onde passam as coisas e sujeitos, há o fluxo dos atores:

É interessante notar como, por analogia, podemos ver o ciberespaço a partir dessa perspectiva. Ele é espaço abstrato, infraestrutura planetária de redes telemáticas interligando computadores. Mas ele é espaço relacional, ou espaço-rede, em formação permanente pela articulação de objetos, humanos e não humanos. Ao pensar o ciberespaço como espaço-rede, podemos escapar da micro e da macro dimensão e ver, para além das grandes chaves explicativas, o movimento, as associações, o social se formando e se deformando. O espaço do “ciberespaço” é esse espaçamento produzido por lugares, coisas, pessoas e objetos conectados ao redor do planeta. Por isso, ele está sempre em construção. A internet vai produzindo espacialização na relação dos lugares e nas movimentações pelas conexões de tudo e todos, em um espaço de controle que se faz e se desfaz nesse movimento, no tempo (LEMOS, 2013, p. 57).

A partir de aportes reflexivos lançados por diferentes teorias, mas, sobretudo, via Teoria dos Novos Movimentos Sociais, buscaremos pistas para entender o ciberativismo juvenil, tendo como **objetivo geral** apresentar narrativas sobre movimentos sociais desde o século XIX até a introdução de redes virtualizadas na década de 70 do século XX.

Logo após, sob o prisma estatístico que preconiza a categoria jovem como maior usuária de internet, anunciaremos prerrogativas de algumas correntes da Sociologia da Juventude que identificam no jovem especificamente, tendências ativistas mais preponderantes, que estariam a protagonizar o panorama atual de ações coletivas. Com essa conjuntura, nos debruçamos sobre o **objetivo** mais **específico** que será a concisa observação da dinâmica virtual de grupos de jovens mulheres formados no aplicativo *Facebook*, e de jovens do movimento estudantil que se fizeram presentes no Congresso da União Nacional dos Estudantes em 2013. Nessa observação, ressaltamos teorias e práticas a despeito da cultura política na internet, e compreendemos sentidos de militância, percepções, e auto-percepções de jovens em intervenções políticas virtuais.

⁸Resumidamente, a Teoria Ator-Rede (TAR) é uma corrente da pesquisa social iniciada na década de 80 e relaciona-se com estudos de ciência, tecnologia e sociedade. Tem como precursores Michel Callon e Bruno Latour, entre outros. Explica o nascimento dos factos científicos, paradigmas da comunicação, das associações, da mobilidade entre seres e coisas e confronta sociedade, ator e rede.

No geral, a pergunta mais abrangente que motiva esta dissertação e a fundamenta como um todo é: como alguns movimentos sociais, eminentemente formados por jovens, têm se apropriado da internet?

Nosso roteiro metodológico coaduna-se a uma perspectiva de produção científica tanto teórica, que nos empenha a um levantamento bibliográfico nos três primeiros capítulos, quanto empírica, a partir de discussões relativas a dois grupos de movimentos juvenis, segundo pesquisa direta realizada com os mesmos, presente no último capítulo.

Precisamente no primeiro capítulo aventamos alguns debates sobre a Teoria dos Movimentos Sociais; no segundo capítulo lançamos mão das discussões em torno de movimentos virtuais; e já no terceiro capítulo, partimos para discussões com algumas correntes da Sociologia da Juventude. Por fim analisamos dados de entrevista, questionário, e observação de dois movimentos políticos de juventude (estudantil e de mulheres).

Todo esse intento tem como maior justificativa minha experiência pessoal com grupos juvenis em atividades políticas. Desde a graduação fiz parte do movimento estudantil e acompanhei a introdução das redes virtuais no interior desse movimento, a qual me chamou atenção devido às inovações trazidas para o comportamento e a conduta dos então militantes. Portanto, o estudo direto desses grupos, aliado às fundamentações teóricas salutares à pesquisa sociológica, representam um desafio de maior importância pessoal, e tanto quanto acadêmica.

Ademais, a crescente atuação do movimento de mulheres pelo parto humanizado e maternidade ativa atingiu-me diretamente, influenciando grandes escolhas no período inicial de minha vida no mundo materno, que ocorreu durante esse mestrado. Toda influência advinda deira-se através das redes sociais virtuais, especialmente com a participação constantes em grupos do aplicativo *Facebook*. Tal experiência foi crucial para o entendimento sobre a relação entre grupos políticos, juventude, e redes virtuais.

Por todo esse contexto pessoal, e pela insuficiência de um debate sociológico empírico e/ou teórico a respeito das mudanças ocorridas em movimentos sociais de jovens após a

popularização da internet, faz-se pertinente a temática aqui proposta e o modelo de estudo aqui pretendido. Vejamos a seguir.

Capítulo I. Breve estado da arte sobre Teoria dos Movimentos Sociais

De acordo com a autora Maria da Glória Gohn (2008), o debate e estudo sobre movimentos sociais ganhou espaço a partir da década de 60 do século XX quando alguns movimentos

conquistaram notoriedade na qualidade de fenômenos históricos concretos. As novas teorias sobre participação política acabaram contribuindo para o reconhecimento de ações coletivas, e assim colocaram os movimentos sociais num patamar legitimado de estudos e pesquisas. De certa forma, isso veio a deslocar o enfoque Estado como objeto de investigação acadêmica, e sublinhou preocupações mais voltadas aos alcances da sociedade civil.

Porém, antes mesmo do olhar acadêmico acintoso de meados da década de 60 para os movimentos sociais, o próprio nascimento da ciência sociológica na metade do século XIX já remetia à centralidade temática da ação coletiva, isto é, já se postulava o imperativo de uma ciência da sociedade que discutisse, sobretudo, o comportamento das massas (WEBER, 1979).

A proliferação de movimentos de massa que pretendiam se proteger das ofensivas “precarizantes” do capitalismo emergente do século XIX era uma realidade da época (GIDDENS, 1972), e de outro lado, uma geração revigorada de intelectuais e pesquisadores em busca de compreender a “desordem social” causada por esses recentes movimentos, e as possíveis condições de controle perante o “caos” instaurado, se fez presente entre os meios acadêmicos, sobretudo, com os primeiros sociólogos.

Influenciadas pela psicanálise Freudiana, as primeiras análises de movimentos sociais pautavam-se pela ótica de uma “Teoria da Agressão Instintiva⁹”, típica do período inicial do século XX; seus representantes davam sustentação a um discurso sobre irracionalidade das massas, impulsos violentos, propensão à agressividade, selvageria (MACHADO, 2007). A ideia de que as mobilizações se caracterizavam por comportamentos brutais, naturalizados, desviantes, e frustrados, alicerçou as primeiras explicações motivadoras do engajamento de indivíduos em ações coletivas, sendo concomitantemente reforçadas por doutrinas darwinistas (GOHN, 2008).

Em paralelo, Max Weber (1973), já na Europa do século XX criou uma abordagem inédita em relação às possibilidades de investigações sociológicas, denominada Teoria da Ação Social. Segundo Weber, o pesquisador social deve se afastar de significados biológicos e essenciais às ações, ele deve tentar esclarecer as ações sociais a partir de seus valores, suas raízes históricas, seus fins, interesses ocultos, motivações, intenções dos atores, significações

⁹O comportamento agressivo foi compreendido por Freud como parte do instinto sexual ou de autopreservação.

culturais, simbólicas, e seus processos, enfim, deve buscar a racionalidade que move o coletivo.

Além dessa abordagem weberiana, diga-se, sediciosa para época, a doutrina política filosófica de Karl Marx formulada em finais do século XIX também irá entusiasmar movimentos e intelectuais no mundo todo, pois ao colocar os proletariados como sujeitos históricos, disseminara o protagonismo humano nas transformações da sociedade. Se antes, as causas maiores a serem perquiridas pelos estudiosos eram os “problemas” de ordem psicológica, biológica, e moral, frente às mobilizações de massa, Marx propõe que se compreenda as revoltas sociais pelo prisma da luta entre sujeitos em seus grupos de interesse (classe) e posição social.

Ou seja, no plano científico, Marx e Max Weber deflagraram perspectivas metodológicas que se refletiram nas preocupações iniciais dos mais recentes sociólogos do século XIX, tanto por demonstrarem a importância de análises coletivizadas dos fenômenos da sociedade, daí o enfoque em movimentos de massa, quanto por questionarem orientações de ordem biológica, psicológica, e intrínseca dos processos históricos.

Pasquino *apud* Machado (2007) sintetiza de forma elucidativa tal conjuntura teórica:

De um lado estariam as descrições que vêm uma manifestação de irracionalidade nas motivações das erupções das massas. Tais abordagens associam os comportamentos coletivos de massa ao questionamento ao risco à ordem social existente. Aproximam-se de tal interpretação as leituras de Le Bon, Ortega y Gasset e Tarde. Para Ortega y Gasset, as massas, incapazes de serem responsabilizadas em coletivo, são suscetíveis à manipulação de seus líderes. Disso resulta a irrupção de massas privadas de identidade. De outro lado, estariam Marx, Durkheim e Weber que, embora com enfoques bastante distintos entre si, vem nos coletivos sociais um modo peculiar de ação social, os quais dariam veredas a tipos de solidariedade complexas (Durkheim), a mudanças sociais do tradicionalismo para o tipo racional-legal (Weber) ou poderiam marcar o início de um processo revolucionário (Marx) (MACHADO, 2007, p. 11).

De maneira geral, quanto ao fluxo de produções teóricas mais contemporâneas, a propósito das categorias de mobilização e movimento social, Gonh (2008) anuncia um panorama em que seriam distintas 3 principais correntes: a corrente “histórica-estrutural” (influenciada por Marx, Gramsci, Luxemburgo, Lefebvre, Trotsky, Lênin, Mao Tse-tung etc), a “institucional/organizacional-comportamentalista” (influenciada por Olson, Tilly, Mayer,

Gamson), e a “culturalista-identitária” (influenciada por Foucault, Habermas, Arendt, Bobbio).

A autora faz uma síntese dos principais intelectuais que influenciaram direta ou indiretamente diagnósticos e tendências de movimentos sociais ao longo de vários períodos na história do ocidente, e realiza algumas classificações e perfilhamentos da literatura segundo o que denomina de correntes sociológicas.

De acordo com sua obra, a primeira corrente é denominada “histórica-estrutural”, e tem como eixo norteador o pensamento de Marx, Gramsci, Luxemburgo, Lefebvre, Trotsky, Lênin, e Mao Tse-tung. Nela, práticas e abordagens destacam as capacidades revolucionárias das lutas sociais, as guerras de interesses de classes econômicas, utopias revolucionárias, o papel das ideologias socialistas, as greves sindicais, a questão operária, os direitos trabalhistas, etc. De fato, após a renúncia sistemática da perspectiva freudiana (Teoria da Agressão Instintiva), essas questões tiveram centralidade no debate sociológico sobre movimentos sociais, e na prática, o modelo de organização dos militantes se institucionalizava a partir de atividades partidárias, sindicais, e de movimentos socialistas.

A partir da década de 70 do século XX, no entanto, dezenas de movimentos juvenis, diferentes do modelo tradicional (sindicato e partido), emergiram crescentemente no ocidente (GIDDENS, 2005), estimulando revisões sistemáticas em quase todas as doutrinas de esquerda, que passaram ora a adicionar ora a rever proposições da matriz teórica marxista. Intelectuais de renome como E. Hobsbawm, E.P. Thompson, E. Sader, Horkheimer, Adorno, Benjamim, Marcuse, entre outros, fizeram o coro dessa renovação. Conceitos como classe trabalhadora, luta de classes, e revolução, foram readequados aos conflitos existentes da nova atualidade (década de 70), onde a releitura, e em alguns casos, o abandono de paradigmas marxistas sobre o processo de transformação social, fora inevitável.

Há que se reconhecer que o legado marxista¹⁰ e, sobretudo do movimento socialista influenciado pelas ideias de Marx, ainda que tenha em partes sido abandonado e/ou revisado, foi fundamental para a continuidade de instituições democráticas ao longo dos anos posteriores

¹⁰ A história deu razão a Marx. As lutas do movimento operário por direitos sociais e políticos deu frutos e estes fortaleceram a classe trabalhadora e tornaram o Estado, em um número cada vez maior de países e finalmente no plano mundial (por meio de convenções da Organização Internacional do Trabalho), o responsável pelo respeito a esses direitos. (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 233).

(por exemplo, por garantirem o direito legal de organização coletiva),isto é, mesmo com propostas e roupagens distintas, os movimentos da década de 70 na Europa herdaram dos movimentos socialistas anteriores a construção aprimorada das questões de cidadania,ea noção de luta global em torno de direitos políticos e sociais (PINSKY; PINSKY, 2003).

Atualmente dezenas de estudiosos em todo mundo ainda dedicam esforços à perspectiva marxista de orientação política, uns mais correspondentes à linhagem tradicional, outros menos, o que significa que houve renovações de paradigmas marxistas dentro da própria corrente “histórica-estrutural”, porém nem todos aderiram a elas.

Nessa mesma direção de teorizações sobre movimentos sociais, a autora Gohn (2008) alude a disposições e demandas de uma outra corrente sociológica, designada por ela mesma de “institucional/organizacional-comportamentalista”. Tal corrente desenvolveu-se com afinco nos EUA, na escola de Chicago¹¹ e caracteriza-se por abordagens neoutilitaristas e liberais em que movimentos são estudados segundo uma ótica econômica, objetiva, estrutural-funcionalista, considerando fatores como organização, interesses, recursos, oportunidades e estratégias. Para estudiosos dessa tendência, um movimento social atingia seus objetivos quando se institucionalizava, destacam-se os trabalhos de Olson (1965), Smelser (1962), Mayer (1979) entre outros. O renomado autor Charles Tilly (1978), apesar de nascido em Chicago neste período, se diferencia por enfatizar a criatividade dos indivíduos para além de uma resposta às estruturas. Ele também salienta a importância das interações, relações sociais, dos acordos compartilhados, porém em perspectiva macro, e não micro, como denunciara a Escola de Chicago. O conceito de “repertórios de ação”, criado por Tilly (1978), por exemplo, traduz uma tendência a valorizar a circulação rotineira de informações, experiências, modelos de organização, enfim, noções de interesses e oportunidades de ações ganharam foco nos estudos sobre ação coletiva:

Observa-se neste bloco analítico a abordagem do projeto norte-americano liderado inicialmente por Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam (2005;2006;2007), denominado contentious politics. Neste projeto os protestos e as contestações foram incorporados à análise dos processos de mobilização política onde se confrontam atores de movimentos e organizações, atores políticos dos governos constituídos etc. Eles criam repertórios de ações coletivas que, dependendo do contexto e do regime político vigente, podem ser prescritas, toleradas ou proibidas. Esta abordagem

¹¹ Surge nos EUA nas décadas iniciais do século XX, e traz uma série de contribuições à sociologia, psicologia social e ciências da comunicação, com o desencadeamento de estudos relacionados ao surgimento de favelas, proliferação do crime e da violência, aumento populacional, etc.

difundiu-se nos Estados Unidos e na Inglaterra a partir dos anos de 1990, chegando mais tardiamente à América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil (BRINGEL; GOHN, 2012, p. 30).

A partir da Escola de Chicago, os movimentos sociais concomitantemente passaram a ser vistos como “problemas sociais” nos EUA, pois suas análises tiveram como herança do paradigma interacionista simbólico¹²apreocupação com a manutenção da ordem, quando a ideia de progresso não coincidia com o comportamento revoltoso das massas. Alguns teóricos explicavam que os movimentos servem como chamariz para indivíduos isolados e sem referência; como um retorno à abordagens sócio-psicológicas, se colocavam sujeitos inadaptados ou privados das estruturas formais da sociedade, a gênese na formação de movimentos sociais. A ideia de anomia social oriunda de Durkheim¹³ permeava grande parte das análises da corrente “institucional/organizacional-comportamentalista”.

Bastante diferente, são as bases teóricas da corrente sociológica designada de “culturalista-identitária”. Para Gohn (2008) ela é influenciada por cientistas como Foucault, Habermas, Bobbio, Arendt, Giddens, e Bourdieu. Nela se misturam preceitos do idealismo kantiano, do romantismo rousseauiano, das teorias utópicas e libertárias do século XIX, do individualismo nietzschiano, e da fenomenologia. O grande descobrimento da corrente “culturalista-identitária” residiria, sobretudo, na análise dos processos silenciosos, indiretos, e habituais dos artifícios de dominação social.

Nesse contexto, há que ressaltar que os movimentos sociais incidiram a reivindicar mais posturas e comportamentos, para além de reivindicar apenas direitos (humanos e sociais), e desse modo passam a ser vistos não somente por seus papéis de pressão política “desestabilizante”, mas como construtores e questionadores de cultura. Nos anos que seguem a década de 70 e 80, diversos manuais de sociologia irão destacar a importância dos novos movimentos sociais comoatores culturais expressivos (MACHADO, 2007).

¹² É uma abordagem sociológica das relações humanas que considera a influência na interação social dos significados particulares trazidos pelo indivíduo à interação. Originada na Escola de Chicago, essa abordagem é fundada nas interações do indivíduo, ou naquilo que o “eu” faz sendo regulado pelo que “nós” construímos socialmente.

¹³ O conceito de anomia social em Durkheim se traduz como “um sentimento de falta de objetivos ou de desespero, provocado pela vida social moderna. Os controles e os padrões morais tradicionais, que costumavam ser fornecidos pela religião, são largamente derrubados pelo desenvolvimento social moderno, e isso deixa muitos indivíduos em sociedades modernas sentindo que suas vidas cotidianas carecem de significado” (GIDDENS, 2005, p.31).

Em termos cronológicos podemos dizer, portanto, que na década de 60 e 70 prevalece a vertente marxista e neomarxista, destacando-se categorias como: hegemonia, campo de força, contradições, emancipação, sujeito histórico. Enquanto que na década de 80 tem predominância categorias como: cultura, autonomia, identidade, cidadania, sociedade civil, e participação. Para Giddens (2005) a temática prevalecente dessa conjuntura “vai desde os movimentos por direitos civis e os movimentos feministas de 1960 e 1970, até os antinucleares e ecológicos dos anos 80 e a campanha pelos direitos dos homossexuais da década de 1990” (p. 358).

A propósito, a entrada nos anos 90 do século XX progressivamente foi alterando o quadro das relações sociais e conseqüentemente de mobilizações em torno de ideais políticos e categorias de análises sobre os mesmos. A questão da “crise dos movimentos sociais”, por exemplo, veio a tonar a década de 90, e contribuiu para que o tema da “participação institucional” fosse aglomerando mais interesse entre os pesquisadores.

Nessa fase, alguns intelectuais aproveitaram para desqualificar os movimentos e difundir os como retrógrados e atrasados, exaltando certo papel “moderno” e institucionalizador exercido pelas ONGS- Organizações não governamentais (MACHADO, 2007). A hipótese defendida por muitos é a de que os movimentos sociais estariam fragilizados, justamente devido a sua institucionalização por meio de ONGS e da absorção de militantes pelo Estado, via políticas públicas.

Ou seja, o poder político dos movimentos sociais estaria diminuído graças às formas de controle e regulação que o Estado tem realizado e os movimentos têm aceitado. Ainda que o Estado conceda mais espaço nos campos de negociação política e “divisão de tarefas”, nem por isso os movimentos se fortaleceram, ao contrário, seus líderes foram cooptados, e assediados por políticos e políticas públicas.

Segundo a autora Gohn (2008), os movimentos foram perdendo seu potencial, justamente porque o final do século XX inaugura uma cultura política de diálogo, aproximação, e dependência, que acaba dirimindo-se em perda de autonomia e expressão política desses movimentos. Cita-se o caso do PT, e do MST como movimentos que se subordinaram às estruturas políticas e, portanto, diminuíram sua capacidade de enfrentamento.

Nessas circunstâncias relacionais entre movimentos, ONGS, e Estado, a “Teoria da Ação Comunicativa”, formulada por Habermas (2012), paralelamente, ganha relevância. O tema do diálogo institucional que traz o foco da participação e da cidadania participativa, voltado à criação e manutenção de espaços públicos, é justamente um dos cerne da corrente “culturalista/identitária”, que vem a tona durante o período da década de 90, subsidiado também pela “crise dos movimentos sociais”. Nessa conjuntura, ganha corpo e importância as disputas políticas travadas em espaços públicos institucionais, mais do que em movimentos sociais.

Vê-se em muitos trabalhos acadêmicos, que o conceito de mobilização social passou a ser refletido não mais sob a perspectiva do enfrentamento no interior dos movimentos sociais, mas sob a perspectiva da “ação comunicativa” Habermasiana; como se práticas discursivas voltadas à formação de consensos, cooperação, e entendimento contivessem estruturas racionalizadas que pudessem emancipar a ação social.

Para Habermas (2012), a “ação comunicativa”, produzida pelo mundo da vida, questiona a validade dos padrões sociais e amplia o espaço público, oferecendo resistência ao mundo sistêmico, orientado pelo agir instrumental (direito). A ênfase do autor são as possibilidades democráticas internacionais, o patriotismo constitucional, a cidadania multicultural, o consenso através de conversações da sociedade civil globalizada, e, sobretudo a valorização da esfera pública. “Porque o processo democrático garante legitimidade já graças às suas qualidades procedurais, ele pode, quando necessário, voltar-se para as falhas de integração social e produzir uma cultura política comum” (HABERMAS, 2001 p. 94). Também afirma o autor, que a criação de uma “sociedade global” tem sido impulsionada não apenas pela solidariedade do medo¹⁴, como sugere Beck (2010) mas, pela pressão, grifa-se, “reflexiva” dos movimentos sociais.

Dimensões sincrônicas e diacrônicas se misturam, mas em 90 a tendência geral da maioria dos estudiosos de movimentos sociais é abandonar análises macroestruturais, modelos de ação

14

Sob o açoit do apocalipse civilizacional do risco ambiental, todos os indivíduos, segundo Beck (2010) estariam naturalmente coagidos a negociar e encontrar soluções para as ameaças. Surge assim a “solidariedade do medo” que, já construída por muitas organizações globais, é ainda ininteligível e segue sendo um ideal, mais que uma realidade política.

socialista, e o marxismo. Na “condição política pós-moderna” de Heller e Fehér (1998) se ressalta que a constante reciclagem das teorias equivale às tentativas de reaver toda a história. A habitual compreensão do Estado como agência de classes, ou o simples alinhamento de “classe contra classe”, por exemplo, cedeu terreno a receitas mais complexas, que por sua vez re-conceitualizaram paradigmas e contribuíram para a esquerda levar mais a sério o Estado e as instituições democráticas.

“O desaparecimento ou drástica transformação do comunismo do leste europeu (que existe apenas em nome) deve-se em grande parte ao enfraquecimento dos roteiros de classe e suas consequências teóricas” (HELLER; FEHÉR, 1998, p. 19). Além disso, no pós-segunda guerra mundial qualquer tipo de ação política redentora, messiânica e universalizante se tornou incompatível. Utopismos políticos e grandes narrativas se estreitaram cedendo lugar a uma busca não holística, sem estruturas, e plurais de contextos políticos, resultando na criação de categorias como: descentralização, redes de solidariedade, responsabilidade social, capital social, protagonismo, espaço público/privado, etc.

Ademais em 90, a referência não é mais um sujeito histórico predeterminado movido por suas necessidades e lugares na estruturação da produção, mas o sujeito apartado socialmente dessas estruturas, os pobres e excluídos do mercado de trabalho, e a grande tarefa será incluí-los, daí a emergência de políticas públicas compensatórias. Desse jeito, “substitui-se a ênfase nos processos de exclusão para a busca de processos e mecanismos de inclusão social”(GOHN, 2008, p. 35), e parâmetros como laços sociais, vínculos, e mobilidade social são resgatados.

Para Bringel (2011) a construção de uma nova agenda de pesquisa no cenário internacional a respeito de movimentos sociais se articula especialmente na década de 90. No Brasil o que na década de 60, entre os setores politicamente ativos, se configurava numa luta política contra o Estado ditatorial em busca de alternativas para o sistema capitalista, transformou-se, nas décadas seguintes (inclusive em 90) e com o fim do regime militar, numa “postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da participação da sociedade civil” (DAGNINO, 2002, p. 13).

Nesse novo século, portanto, diversas tendências teóricas irão se inter-relacionar e deflagrarão um contexto multifacetado de experiências sociológicas. Pierri Lévy em 2002, por exemplo, partiu da ideia de um espaço público mundial concretizado pela internet, para propor um governo eletrônico planetário com bases na participação de parlamentares, instituições, organizações sociais, pessoas, e empresas.

De acordo com Machado (2007), a diversificação cada vez mais intensa de conteúdos e estruturas de ações sociais decorre do aprofundamento de processos democráticos nas sociedades ocidentais capitalistas. Assim, corroborando com Melluci (1989), Machado (2007) salienta que nem todo movimento necessariamente se insere na luta por melhor distribuição das recompensas, ou têm adversários. Atualmente, muitos visam a cooperação, o voluntariado, ou a preservação cultural:

Os conflitos sociais contemporâneos não são apenas políticos, pois eles afetam o sistema como um todo. A ação coletiva não é realizada apenas a fim de trocar bens num mercado político e nem todo objetivo pode ser calculado. Os movimentos contemporâneos também tem uma orientação antagônica, que surge de e altera a lógica das sociedades complexas (MELUCCI, 1989, p.54)

Na prática o grande esforço dos agentes mobilizadores no século XXI é o dilema da ação coletiva global, da emancipação, capital social, inclusão, empoderamento, auto-estima, responsabilidade social, sustentabilidade, reconhecimento, democracia deliberativa e participativa.

A questão do reconhecimento, por exemplo, coloca os indivíduos participantes dos movimentos sociais numa perspectiva não utilitarista e sim de pertencimentos compartilhados, indicando como principais motivos para participação a memória de experiências morais de desrespeito, privação de direitos, ou seja, desloca os conflitos de suas relações de poder para relações de pertencimento, afeição, moralização. O autor Klandermans (2006) chega a afirmar que sujeitos participam de protestos porque se identificam com outros sujeitos que estão participando, daí a criação de identidades emocionais e tais emoções são vistas como fenômenos coletivos (GONH, 2008).

É importante destacar que uma das características mais importantes da reconfiguração do campo de estudos sobre a ação coletiva e os movimentos sociais é a presença de um maior pluralismo, manifestado no que podemos denominar como um “incremento de interações” de diferente tipo: disciplinares, espaciais e teóricas (BRINGEL, 2011, p. 59).

Em termos gerais, o conceito de movimento social neste século passou a ser gradativamente abandonado e substituído por outros como: mobilização política, multidão, ação coletiva, repertórios de ação, grupos de pressão, estruturas de oportunidades políticas, confronto político, cenário contido e transgressor, enfrentamento, redes de interação, enfim.

Ademais, problemas regionalizados se tornaram mais relevantes aos debates sociológicos, fazendo surgir novas abordagens e teorias mais especificamente voltadas à América Latina, ou às condições Norte Americanas. Bem como, a entrada em cena de novos atores políticos (indígenas e camponeses) vieram reafirmando a necessidade de interpretações contemporâneas sobre movimentos sociais, entendendo que novidades e continuidades convivem paralelamente, sem contrapor velhos e novos, posto que paradigmas interpretativos coexistem articulados em um cenário de grandes diversidades (BRINGEL; GOHN, 2012).

Nos coube enfim, como foi visto, reconhecer que análises sobre movimentos sociais são dinâmicas e combinam geralmente visão sociológica do mundo, agir humano, e contextos políticos.

Vimos no sucinto estado da arte sobre movimentos sociais que os primeiros autores a considerarem o papel político que as redes de internet podem desempenhar a partir do que ressaltamos sobre a dinâmica de objetos de pesquisa para a abordagem sociológica dos movimentos sociais foram Castells, Lévy, e Tilly. Como a entrada da internet só passa a ser popularizada no início do século XXI, é cabível que ainda poucos eram os sociólogos a considerarem a dinâmica das redes *online* para o processo de mobilização política em períodos anteriores. “No final de 1995, o primeiro ano de uso disseminado da *world wide web*, havia cerca de 16 milhões de usuários de redes de comunicação por computador no mundo. No início de 2001, eles eram mais de 400 milhões” (CASTELLS, 2003, p.8).

Num mapeamento mais atual, o número de autores que tem dado atenção às vivências em TICs – Tecnologia de informação e comunicação social - no mundo todo tem crescido imensamente, e contribuído para a existência de um grande quadro de pensadores advindos, sobretudo de cursos de sociologia, ciência política, psicologia, direito, educação, e comunicação.

A interdisciplinaridade de análises é uma característica dos contextos teóricos sobre internet, assim se destacam coberturas temáticas variadas relativas à mobilidade, estética, ciberarte, produção cultural, jogos, processos de aprendizagem, segurança na rede, estruturas comunicacionais, publicidade, consumo, e direito autoral. Já no assunto política, especificamente, abarcam-se diferentes questões relativas à biopolítica, ciberativismo, ractivismo, esfera pública, governo eletrônico, e políticas de inclusão digital (AMARAL; MONTARDO, 2012).

Segundo Bringel (2012) as teorias contemporâneas deste novo século apontam uma preocupação com as redes sociais e digitais que levam à interpretações metodológicas visando captar conexões entre o local e o global, “suas interações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e mídias digitais” (p.25).

Nossa presente investigação se preocupa com a existência da gama de interpretações feitas por teóricos que discutem ação coletiva na internet (ciberativismo); pretendemos catalogar as principais narrativas a respeito do modo pelo qual as redes de internet estão funcionando para práticas de grupos políticos. E, como jovens participantes de movimentos sociais que transitam no ciberespaço tem experienciado ações através delas.

Porém, a primeira vista, vale ressaltar que o fenômeno do ciberativismo¹⁵ é relativamente novo e sofre intensa confusão teórica, visto ser alvo de dezenas de interpretações aleatórias e não empíricas formuladas geralmente pela mídia hegemônica, bem como pelos próprios militantes virtuais. Para Alcântara (2013) “a mídia hegemônica tem anunciado um novo tipo de ação política e movimentos sociais a partir de análises pouco densas (p.1)”, análises feitas por coberturas jornalísticas que exaltam perspectivas fragmentárias com relação ao desenvolvimento histórico da internet e a teoria dos movimentos sociais. Daí é que o ciberativismo aparece, em muitos textos, como um fenômeno novo, praticamente sem raízes, ou com elas voltadas somente ao contexto de introdução tecnológica.

Entretanto, outras perspectivas importantes tem imbuído o ciberativismo em uma totalidade mais genérica de lutas e movimentos sociais, e assim, a dimensão de novidade é relativizada,

¹⁵ Referimo-nos a ciberativismo a propósito de ações de cunho político na internet, porém, há outras expressões que designam a mesma coisa, como: ativismo midiático, digital, eletrônico, cibermilitância, ciberpolítica, desobediência civil eletrônica.

poiso situamao ativismo presencial, dentro de uma cadência histórica mais lógica e coerente, galgando um entendimento sobre participação política na internet menos rupturista da realidade,e tratando o ciberativismo como herdeiro de um processo de luta social, cultural, e política,anterior à própria internet, vejamos a seguir um breve mapeamento das discussões a esse respeito.

Capítulo II. Redes de internet e movimentos sociais- mapeando debates

Nesse capítulo dedicamos especial atenção às diversas discussões em torno do papel que a internet tem exercido na formação, formatação, e disposição dos movimentos sociais. Trazemos, sobretudo,uma base panorâmica das múltiplas práticas que a virtualização da

política tem engendrado nos movimentos, e na teoria dos movimentos sociais, ao longo do período que se inicia em meados da década de 70. Um apanhado histórico e, posteriormente, sociológico, a respeito da introdução da internet na política, é o que se tenta realizar nesse presente capítulo.

A princípio Alcântara (2013) determina que a teoria dos movimentos sociais estaria esquematizada em três fases marcantes¹⁶, tendo sido a terceira fase iniciada na década de 90, justamente com a entrada massiva das tecnologias de informação e comunicação social - TICs.

A entrada das TICs é sem dúvida um marco definitivo para os movimentos sociais. Manuel Castells (1999) acredita que as transformações da política e dos processos democráticos na sociedade contemporânea têm como principal fator responsável o uso de tecnologias da informação.

Deste modo é que a literatura atual que relaciona comunicação e ciências sociais tem versado sobre como as ferramentas e dispositivos eletrônicos implementam um novo modelo de participação e democracia política. Assim, se discute que as oportunidades de participação via *web* são as mais diversas e tanto podem partir da esfera estatal através de plebiscito eletrônico, governo eletrônico, portais que possibilitam transparência do Estado, quanto da esfera civil, através de ciberativismo (GOMES, 2005).

Discutiremos especificamente as práticas ciberativistas, ou seja, aquelas em que a sociedade civil, via internet, reivindica direitos e posturas de governos, empresas, e da própria comunidade. E notamos por toda história, que o ciberativismo já transparecia seus ensejos logo nas etapas primeiras de elaboração da arquitetura eletrônica da internet, vejamos.

Logo de início, muitos dos precursores da *web* lutaram tencionando disputas a fim de que a internet não evoluísse para uma tecnologia privada e/ou tão somente militar. Desse modo, um verdadeiro confronto tecnossocial fora deflagrado nos EUA, ainda quando a internet representava apenas um ambiente limitado de trocas de mensagens de textos.

¹⁶ A primeira fase seria a das teorizações, com ênfase na origem das mudanças sociais, iniciada por Marx e outros clássicos; a segunda fase a da institucionalização acadêmica que começa no século XX com a elaboração de centenas de análises científicas.

Com a eminente expansão da *web*, não apenas a arquitetura tecnológica, mas também seus conteúdos chegavam destacando valores radicalmente democráticos; haja vista nesse período nascerem os primeiros sites de apoio e solidariedade a causas sociais. A tendência de ampliação de ferramentas cada vez mais interativas fez com que os recentes usuários passassem a se apropriar de *blogs* e sites, a fim de facilitar e agilizar a organização de movimentos sociais.

Em todo panorama de origem da internet, alistado por Castells (2003), percebem-se ainda outros fatores a ensejar e acompanhar sua criação. Do ano de 1962 a 1995 vemos que parte do esforço de expansão e concepção da internet deveu-se a uma proposta de estímulo à pesquisa acadêmica em computação interativa. A formação de redes de computadores pessoais, a princípio entre universitários, baseados em linhas telefônicas, no final da década de 70, permitiu a transferência de arquivos pessoais entre indivíduos de diferentes regiões, e embora essa prática representasse uma pequena fração do uso total da internet, fora ela muito influente em sua configuração posterior.

Apesar dessa proposta científica universitária inicial, as maiores fatias de investimentos ainda estavam direcionadas a melhorar a comunicação à distância para as forças armadas Norte Americanas, especificamente advindos do interior do Departamento de Defesa dos EUA¹⁷.

Desse modo, afirma-se que “a internet nasceu da improvável interseção da *big science*, da pesquisa militar, e da cultura libertária” (CASTELLS, 2003, p. 19). Para o autor, houve um desenvolvimento autônomo da internet na medida em que usuários tornavam-se produtores da tecnologia e artífices de toda rede.

Embora os jovens que integravam a Arpanet não fossem parte da contracultura, suas ideias, e seu software, construíram uma ponte natural entre o mundo da *big science* e a cultura estudantil mais ampla que brotou nos BBs e na rede Usenet News. Essa cultura estudantil adotou a interconexão de computadores como um instrumento da livre comunicação, e, no caso de suas manifestações mais políticas (Nelson,

¹⁷ O principal interesse do IPTO era financiar a ciência da computação nos EUA e deixar que os cientistas fizessem seu trabalho, esperando que algo de interessante surgisse disso. O projeto de Baran tinha realmente orientação militar. Ele desempenhou um importante papel na construção da Arpanet por causa de sua tecnologia de comutação por pacote, e porque inspirou uma arquitetura de comunicações baseada nos três princípios segundo os quais a Internet opera ainda hoje: uma estrutura de rede descentralizada; poder computacional distribuído através dos nós da rede; e redundância de funções na rede para diminuir o risco de desconexão (CASTELLS, 2003, p. 20).

Jennings, Stallman), como um instrumento de libertação, que, junto com o computador pessoal, daria às pessoas o poder da informação, que lhes permitiria se libertar tanto dos governos quanto das corporações (CASTELLS, 2003, p. 26).

Vemos, portanto com Castells (2003) que o ativismo, a tradição acadêmica, e expressões da cultura estudantil da década de 70, de fato foram decisivos para a consolidação primitiva de uma arquitetura eletrônica mais “flexível e aberta”, posto que usuários acabaram definindo parte de sua composição, e mostraram que a internet é uma criação cultural composta, administrada, e prefigurada por diversas tendências, a princípio militaristas, mas logo em seguida, acadêmicas e ativistas.

Corroborando dessa última afirmação em que ideais políticos se entrelaçam à criação da internet, Malini (2007) salienta que “o virtual se constitui num elemento novo na sociabilidade contemporânea não apenas porque carrega uma consciência e inteligência projetada no computador, mas principalmente por ser consequência de um movimento social” (MALINI, 2007, p. 161).

Em mais detalhes, explica Lemos (1996) que o nascimento da microinformática nos anos 70 na Califórnia (EUA) foi o que liberou as informações e os computadores do poder militar, industrial e universitário. O peso da primeira fase da informática, composta por grandes computadores a serviço da balística militar, foi neutralizado por uma verdadeira rebelião tecnológica promovida por jovens hackers¹⁸.

Com estereótipo tímido, ingênuo, e nerd, esses mais novos personagens se tornaram responsáveis pela formação de uma “elite” da informática, que, sobretudo teve o papel de atualizar redes a partir de duas principais iniciativas: democratizando informações, e evidenciando a falibilidade dos sistemas institucionalizados.

A mensagem é simples: “se te dizem que tudo é seguro, que não há possibilidades de falhas, desconfiem, pois é provavelmente um engodo”. Os hackers alemães do Chaos Computer Club de Hamburgo, por exemplo, penetraram o sistema da caixa econômica local, retiraram em poucas horas milhares de marcos e, no dia seguinte, foram à agência devolver e mostrar as falhas do sistema (LEMOS, 1996, p.1).

Ao denunciarem as falhas do “poder eletrônico” das grandes empresas e governos, e ao democratizarem informações, os hackers fundaram uma espécie de visão romântica sobre o

¹⁸ Pode ser considerado é um indivíduo que se dedica, com intensidade incomum, a conhecer e modificar os aspectos mais internos de dispositivos, programas e redes de computadores.

ciberespaço, e por muito tempo ficaram conhecidos como os “Robin Woods” da cibercultura. Entretanto, logo em seguida, outros jovens personagens chamaram atenção por suas atitudes nem tão “bem intencionadas” quanto os hackers, são eles: os crackers. Como traduz Lemos (1996), os crackers seriam a versão radical dos hackers, os verdadeiros punks da cibernética, pois, penetram no sistema eletrônico a fim de quebrá-lo, piratear programas, inserir vírus destrutivos, sabotá-los, romper a assepsia da informática, e se tornar o “pesadelo planetário para toda modernidade”.

“Em abril de 1994 um cracker brasileiro penetrou vários sistemas (provavelmente a partir da Unicamp) destruindo vários dados. Ele deixou a seguinte mensagem: ‘estou de volta para semear o terror na Internet’ “ (LEMOS, 1996, p.1).

Em linhas gerais esses jovens representam o enredo politicamente vital do que foi a construção original da *web*. A revolução, aparentemente pontual, a qual se tornaram atores principais, marcou para sempre a cultura eletrônica, e todo uso e apropriação contemporânea da internet. Embora os hackers não se portassem como classe e sim como indivíduos em sistema colaborativo, com certa veneração ao poder meritocrático, pode-se afirmar que foram os primeiros dissidentes do mundo digital (GORZ;2005, *apud* AMADEU; 2014).

Alcântara(2013) acrescenta ainda que, na contemporaneidade, táticas ciberativistas herdaram experiências lúdico-midiáticas do movimento Internacional Situacionista¹⁹(décadas de 50-60),

¹⁹ Em 1960 é lançado o Manifesto da Internacional Situacionista, organizado por um grupo de jovens franceses dotados de uma "ideologia marginal". No fundo, buscavam uma alternativa para teorizar as "práticas espontâneas" desenvolvidas no seio da subcultura boêmia da Rive Gauche Parisiense. O Movimento Internacional Situacionista tem um destaque muito maior devido às suas posturas críticas, políticas e artísticas do que tecnológicas. Na verdade, eram aversos à tecnologia enquanto finalidade. No entanto, um dos membros soube adotar a tecnologia num sentido crítico e propositivo. Acreditavam na descentralização da arte, objetivo que poderia ser supostamente alcançado com a "inflação" da produção de arte a partir de custos muito baixos e em grande quantidade. Tinham uma atuação mediada pelo melodrama, pelo humor sarcástico e uma ira inflexível contra a "ordem pré-estabelecida". Faziam uso humorístico de imagens publicitárias e outras formas de poesia urbana que utilizam como meio e suporte formas de expressão popular. Neste sentido, produziam movidos pela exploração de novas formas de subjetividade revolucionária. Incluída permanentemente em suas linhas de ação, a cultura era definida para os Situacionistas como um complexo formado pela estética, os sentimentos e os costumes. Reagem bravamente contra a "cultura do espetáculo", enfatizando o valor da vida cotidiana. Buscavam uma redefinição do que seriam "desejos individuais" frente às novas possibilidades do mundo atual: "temos que construir ambientes novos que sejam, simultaneamente, produto e instrumento de novas modalidades de comportamento". Para tal, eram necessárias relações próximas entre espaço e desejo, e como um campo de testes, a paisagem era o seu laboratório de busca. Os desejos revolucionários situacionistas denunciam a necessidade da renovação artística e cultural, a busca pelo desconhecido, pela surpresa, pela espontaneidade, a não preocupação com objetivos finais, mas com ato criador, o processo criativo, a generalização criativa. Os situacionistas valorizavam a celebração de uma condição humana na qual os espaços públicos deixam de ser cenários privilegiados do poder para se converter em uma flutuação aleatória de

do movimento hippie (décadas de 60-70), do ambientalismo (décadas de 70-80), e do prank art/culture jamming²⁰ (décadas de 80-90). Ou seja, o que se reconhece no senso comum como “novidades” que o ativismo pelas redes virtuais esteja apresentando, seriam consequências e legados trazidos de um contexto político deflagrado desde os finais da década de 60 na Europa e nos EUA. Os movimentos sociais daquele período já mostravam, por exemplo, traços de ousadia discursiva, embaraçada, e contra hegemônica (prank art/culture e situacionistas) como se pode verificar atualmente nas redes de internet; bem como misturas de técnicas artístico/midiáticas de colagens de imagens, para realizar protestos (dadaísmo); além de enredos que misturam política, subjetividades, e estética agressiva (punks).

As raízes culturais e políticas da nova mídia eletrônica, de acordo com Lievrouw *apud* Alcântara (2013) também teriam relação direta com o movimento dadaísta, pois seus precursores pensaram a arte como uma experiência subjetiva do dia-a-dia, não separada do cotidiano, uma arte que busca desestabilizar o senso comum através de linguagem descontínua e colagens de diversas mídias (fotografia, cinema, pintura, teatro).

Outra influência da ciberpolítica atual advém do movimento hippie. Seus integrantes manifestavam-se na recusa ao progresso científico em prol de refúgios na natureza, e para Malini (2007) isso redundou posteriormente em um ativismo eletrônico que vê os meios de comunicação com ideais comunitários, resultado de um enorme temor à censura e a reprimenda comunicativa. Ou seja, os hippies dos anos 60 negavam a tecnologia, mas os neo-hippies dos anos 90 a vêem como vetor de fortalecimento comunitário, e a manipulam com certo “misticismo de dados” (LEMOS, 1996) .

itinerários múltiplos e difusos, determinados pela lógica da mobilidade., fundamentados pela experimentação radical dos lugares da cidade ou mesmo no desenho de uma arquitetura nova. (SITE <http://www.territorios.org>).

²⁰ A brincadeira de mídia é um tipo de evento de mídia, perpetrado por encenações, atividades ou comunicados de imprensa, destinadas a enganar jornalistas para publicação de artigos errôneos ou enganosos. A brincadeira de mídia é uma forma de culture jamming geralmente feito como arte performática ou uma brincadeira , para fins de uma crítica bem-humorada da mídia de massa .

Em maio de 1927, Jean -Paul Sartre , que era conhecido como um dos brincalhões mais ferozes na École Normale Superieure organizou com seus companheiros Nizan, Larrouis Abadía e Herland , uma brincadeira de mídia após Charles Lindbergh chegar de Nova York a Paris. Sartre chamou jornais dizendo-lhes que à Lindbergh será atribuído um doutoramento honoris causa pela École . Muitos jornais , incluindo Le Petit Parisien anunciou o evento em 25 de maio e milhares de pessoas apareceram , sem saber que eles estavam testemunhando um golpe com um sócia . Um escândalo seguido resultando na demissão do diretor École Gustave Lanson .

Por ora, influências da nova esquerda, dos anarco-comunistas, sobretudo dos situacionistas, faziam crer que indivíduos poderiam viver livres do Estado e do mercado, através de doações e de iniciativas econômicas autônomas. E até o final de 90 esta visão inspirou os trabalhos com mídias culturais, elevando a condição do “faça você mesmo” a um método de socializar as estruturas técnicas de internet, e assim ignorar a propriedade intelectual.

Deste modo a juventude integrante dos movimentos sociais da década de 60, como os antiguerra, estudantil, feminista, ecológico, em geral, já teria constituído plataformas que se potencializaram ao longo dos anos e manifestam seu legado, direta ou indiretamente hoje, pelas redes virtuais.

As chamadas “novas práticas” de organização dos movimentos sociais são vistas por Bringel e Gohn (2012) com certos problemas de interpretações. Para os autores, a incorporação de aparatos comunicativos contemporâneos fez perder de vista a ideia de que novos e velhos convivem e estão em contínua reinvenção.

Não se trata mais de contrapor os novos movimentos sociais [...] trata-se de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que têm lhe atribuído sentidos, significados e os tem trazido a luz no campo da investigação sociológica (BRINGELS; GONH, 2012, p.12).

Levando em conta outros elementos históricos explica LEMOS:

A internet foi criada por militares e hoje é um fenômeno de massa; os tecno-ativistas se apropriam dos computadores e das redes buscando a liberdade total no ciberespaço; os ravers e zippies renunciam à nostalgia hippie, utilizando a tecnologia para reforçar laços comunitários e alcançar os objetivos da era de Aquário; os cyberpunks lutam pela criptografia de massa e pela garantia de liberdades individuais. Estamos diante de uma verdadeira apropriação social das tecnologias micro-eletrônicas. (LEMOS, in A TARDE, 1996)

Em sua análise Lemos (1999) observa que a contracultura dos anos 70 refutava a tecnologia, pois essa refletia a racionalização do comportamento humano, o totalitarismo da razão científica, e a dominação da natureza, entretanto, as diversas manifestações da ideologia e da prática política hoje, herdaram o ativismo da contracultura, mas sem recusar a tecnologia. Nesse bojo se materializa a cyber-sociabilidade, onde, dentre outros, os resultados são a ebulição de comunidades virtuais contestadoras, de grupos virtuais de discussões políticas, além dos cyberpunks e hackers, que, ao participarem virtualmente da vida pública, propiciam a configuração de imensos circuitos paralelos, com efeitos politicamente “transgressores”.

Para Lemos (2010), o movimento punk, formado por jovens ingleses na década de 70, tinha como mote filosófico o “do it yourself” (faça você mesmo), nesse sentido, as diversas expressões que a cibercultura herda do movimento punk, estão justamente entrelaçadas a essa filosofia de atuação, sendo exemplos, a criação de podcasts²¹, *blogs*, sistemas *peer to peer*, ou seja, ambientes virtuais abertos, capazes de dar mais liberdade e autonomia aos usuários.

“Remixada e atualizada, a cibercultura se apropria, à sua maneira, do lema punk. Agora, a máxima é ‘a informação quer ser livre’, ‘distribua, reutilize, misture conteúdo’, ‘crie, edite e divulgue informações’” (p.1). De um modo geral, o que estaria em jogo na cultura eletrônica contemporânea seria produzir para circular, compartilhar, distribuir, enfim, o que se tem se distribui, se mistura, e todos colaboram.

Nessa conjuntura se reflete que abordagens sobre ciberativismo já demonstram impossibilidade de pensá-lo distante das teorias dos novos movimentos sociais, pois há intercâmbios e reciprocidades entre tendências de movimentos sociais e atuações ciberativistas. Eventos políticos ocorridos como o Neozapatismo (1994), a Batalha de Seattle (1999), a queda do presidente das Filipinas (2001), as manifestações na Tunísia (2010), as Jornadas de Junho no Brasil (2013), por exemplo, devem conter enfoques que associem o “poder” da internet ao exame de movimentos sociais.

Por suas repercussões, essas acima são consideradas revoltas “marcos” da desobediência civil eletrônica, e para Fábio Malini (2010) engajamento e atuação social viraram, contemporaneamente, um valor da própria rede; enquanto na década de 90 as redes sociais estavam mais tendentes a um laboratório de publicidades da *web* comercial, no final dos anos 90 seus sentidos de uso basearam cada vez mais no jornalismo cidadão neozapatista e na tuitagem iraniana.

A autora Abdel-Moneim (2002) considera a circulação global do neo-zapatismo como símbolo de resistência no ciberespaço e também sugere a necessidade de novas leituras dos movimentos sociais na era digital:

²¹ Emissão de conteúdos sonoros, que começam em 2004.

Um elemento importante para o sucesso dos/das rebeldes (exército zapatista de libertação nacional) em resistir às tentativas do exército que os quer esmagar é a circulação efetiva de comunicações via e-mail e websites, assim como a divulgação de informações sobre a crise através do apelo às organizações não-governamentais (ONGs) que produzem boletins de ação urgente e publicam casos de abusos de direitos humanos na internet. Tais iniciativas de contatos através do espaço cibernético ajudam a transmitir notícias de minuto a minuto que complementam, corrigem e contradizem as reportagens mais comuns e convencionais. Além disso, a agenda dos/das rebeldes tem despertado o interesse de uma grande variedade de indivíduos e grupos internacionais, tais como ativistas de direitos humanos, acadêmicos, artistas, músicos populares, jornalistas progressistas e grupos ecumênicos em prol da justiça social, que têm realizado produções simbólicas pela internet. (ABDEL-MONEIM, 2002, p. 41)

Há igualmente, segundo Sarah Grussing Abdel-Moneim (2002), a criação de um “teatro da resistência”, onde adereços, fotos, vídeos, gritos de guerra e entrevistas dos neo-zapatistas são disseminados por toda *web*, retirando essas comunidades autônomas do isolamento das regiões do México e as colocando no centro de um espaço discursivo transnacional do contexto de projetos neoliberais. Nessa mediação, os “guerrilheiros virtuais” em suas constantes produções, também promovem o aparecimento de esquemas descentralizados de solidariedade e comunicação, como é o caso dos diversos fóruns feministas *on-line* que surgiram após as imagens divulgadas sobre a participação das mulheres nas zonas de conflitos armado:

Os guerrilheiros virtuais que manipulam a mídia têm dado fôlego ao movimento rebelde na zona de conflito em momentos em que maiores ajudas pareciam fúteis, e a resistência dos/das rebeldes, do mesmo modo, alimentou o movimento virtual em épocas em que a atenção mundial se voltava para outros lugares. (ABDEL-MONEIM, 2002, p.60)

Ainda em Abdel-Moneim(2002), a rede de solidariedade política lançada na internet se configura como ato de resistência e inverte a própria lógica original da criação da internet, pois, nascida enquanto tecnologia para combates militares tem se tornado atualmente instrumento de libertação dos movimentos sociais, garantindo, muitas vezes, a defesa contra guerras e opressões.

A história do ciberativismo, portanto tem sido discutida por diversos autores no decorrer de grandes manifestações públicas mundiais, onde a internet se mostra uma ferramenta bastante útil para manifestantes. Visto como forma de conflito, e reconhecido por nomenclaturas distintas, dentre elas, “guerra em rede”, o ciberativismo deixou evidente a necessidade de reinvenção da teoria dos movimentos sociais. Porém, ainda que o ciberativismo demonstre

táticas enraizadas desde os anos 70, ele mesmo anuncia algumas singularidades típicas do momento e da geração atual.

A emergência destas singularidades está, por exemplo, no seu uso-valor que se desdobra na não-regulação da liberdade que os usuários experimentam em rede, pois a “disseminação de dispositivos aceleradores da socialização e do compartilhamento de conhecimentos, informação e dados”(MALINI, 2010, p.1) provoca todo um conjunto novo de disputas sobre a produção social, isto é, uma quebra dos limites programáveis do capitalismo cognitivo em escalas mundiais, tornando inegáveis os choques de poderes entre as mídias de massa e as interfaces de usuários. A ideia de que “poucos falam para muitos” é convertida através de uma mídia distributiva composta por milhões de agentes disseminadores de opiniões que se vinculam não a sensação de “todo mundo está falando isso”, construído pela mídia massiva, mas sim de, “meus amigos recomendam”, construído pela mídia distributiva (Idem, p.1).

Fábio Malini (2007) designa de cibercomunismo o modelo de arquitetura das redes de internet, e chama atenção para o “paradigma aberto de resistências” (informação livre, código aberto, neutralidade, anonimato, colaboração, comunidade virtuais) como antagonista do “paradigma fechado das redes de poder” (código fechado, endurecimento das leis de propriedade intelectual, *firewall*, controle dos tráfegos etc.)

Em geral, os fundamentos políticos que regem as narrativas no uso de redes sociais assinalam diversas novas perspectivas, não somente comunicacionais, mas também de alcance de luta, articulação, logística, superação de barreiras geográficas e econômicas, de novos propósitos para militância, iniciativas, mediações, enfim. Diz-se que a forma de organização em redes de internet tem permitido integrar múltiplos significados políticos para uma mesma ação: a ação política. Nesse contexto o ciberativismo desenvolve-se com enorme enredamento, possibilitando caminhos inéditos de interferência social, e por outro lado, articulando uma verdadeira teoria dos movimentos virtuais, vejamos.

Em 1998 Ilse Scherer Warren já falava em redes de comunicação virtuais identitárias. Para autora essas são “a forma que os múltiplos atores específicos dos novos movimentos sociais têm encontrado para marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário globalizado” (p. 17). Pensar os movimentos sociais da contemporaneidade, portanto seria

avaliar a incorporação das tecnologias de informação como propagadoras de mudanças cruciais para a prática de movimentação política das pessoas no mundo. E é assim que uma diversidade de sociólogos, comunicólogos, e demais intelectuais, têm abordado as transformações ocorridas na organização e articulação de coletivos sociais após a popularização do uso da internet.

Machado (2007), combinando seu diagnóstico com o de sociólogos de reconhecimento, identifica 10 fatores responsáveis por mudanças nas relações entre indivíduos, redes telemáticas, movimentos sociais, e transformação social. Segundo o autor:

1) Por conta das redes midiáticas há uma proliferação e ramificação de coletivos sociais que permitem uma estratégia rápida de integração eficiente, a baixo custo, baseada em idealismo, e voluntarismo, mudando formas de participação, interação, e de afiliação;

2) Pelo uso da internet na construção de pautas e ações políticas, o diálogo tem se tornado mais horizontalizado, flexível, descentralizado, conectado a inúmeros nós, integrado em rede, e com isso seria possível auto-regular-se, escapar de jurisdições locais;

3) Atua-se com base na infra-estrutura de comunicação propiciada pela internet, em demandas mundiais, daí se conhecer uma tendência coalizacional;

4) Movimentos virtuais surgem, ressurgem e desaparecem com práticas regidas pelo dinamismo, conforme a situação objetivada e concretizada. Ou seja, muitas demandas baseiam-se numa existência rápida ou segundo objetivos e fatos mais imediatos; Malini (2010) usou o termo “fanatismos oscilantes” em torno de causas a curto prazo, ou, uma “agenda social efêmera e espetacular”.

5) *Minimalismo organizacional-material*: a possibilidade de interação a custo baixo incentiva associações virtuais e desse modo o contato físico se torna irrelevante; Warren (2006) salienta que quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais, encontros presenciais podem ser circunstanciais e espaçados.

6) *Universalismo e particularismo das causas*: nas redes sociais, os movimentos podem ter ideais movidos tanto a causas universais quanto particulares, concomitantemente.

7) *Grande poder de articulação e eficiência*: uma enorme convergência de interesses pelas redes permitem a organização de protestos paralelos em diferentes cidades ou países, também ampliam a capacidade de chamar atenção para determinado fato, pois simultaneamente diversas cidades estariam mobilizadas pela mesma causa.

8) *Estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas*: na formação dos movimentos virtuais, as estratégias são deslocalizadas, porém se ligam a objetivos, ideologias, visões de mundo, mas principalmente à identidade e solidariedade incomuns.

9) *Multiplicidade de identidades/ circulação de militantes*: uma variedade de papéis podem ser assumidos por apenas um cidadão, como editoração, divulgação, militância, bem como, uma abundância de movimentos sociais podem ter participantes simultâneos, superando as barreiras geográficas e de limitações econômicas; O cenário na internet é de tal forma globalizado que o cidadão, ao negociar com diversos estilos e opções de vida, constrói sua identidade política em relação à uma multiplicidade de culturas globais;

10) *Identidade difusa dos sujeitos sociais*: o anonimato e a variação de identidades potencializam formas de ativismos.

Essas 10 condições políticas citadas por Machado (2007), imbricadas nos movimentos que se deflagram via internet, demonstram que conflitos e processos de mudança se reverberam nas redes permutando novidades e tradições, movimento sociais e virtuais.

Há de se reconhecer que as novas possibilidades de mobilização política virtual, portanto, têm sido usadas não somente por modernos movimentos sociais, mas também por tradicionais partidos, organizações e instituições (STREET; SCOTT, 2000).

Ainda para outros autores, movimentos virtuais podem estar funcionando como referência na orientação de comportamentos, posições e práticas que transformam cotidianamente valores e instituições morais (BRAGA, 2008). Sobretudo esses movimentos alcançam o cotidiano de consciências, e encorajam “forças dormentes” a indignar-se e manifestar-se ante as injustiças.

A autora Adriana Braga (2008) entende esse processo como a “emergência de novos sujeitos enunciativos”. E de fato é perceptível a adesão de pessoas que na forma presencial nunca participaram de movimentos, porém virtualmente demonstram imenso apoio, vínculo, e até militância.

Carlos Castilho (2006) especialmente analisa que a política mediada pelo computador subverte a estratégia de luta na circunstância em que os ciberpolíticos geralmente atuam sozinhos, não elegem lideranças, e só se encontram no momento das manifestações.

Essa foi a face de inúmeras grandes manifestações que ocorreram pelo mundo ultimamente, como, por exemplo, as Jornadas de Junho em 2013 no Brasil. Com lideranças, para muitos, desconhecidas, os jovens saíram às ruas e montaram a maior parte da articulação, da esperança, e da “excitação revoltosa”, pelas redes de amizade que continham na internet. “Onde partidos não conseguem intervir mais amplamente, ciberativistas e hackers constroem vínculos de lealdade instantânea” (AMADEU, 2014, p. 23).

Distinto de partidos e sindicatos que se consolidam na construção cotidiana de lutas e ideias, a ciberpolítica caracteriza-se, muitas vezes, pelo anonimato e espontaneísmo em expressar-se. É o caso de Ali Kafir Athiest, um paquistanês no Facebook que mantém perfil anônimo e denuncia as barbaridades que ferem os direitos humanos no Paquistão. Ele tem esperanças para o seu país, e embora lá o regime político religioso não aceite oposições ideológicas, algumas pessoas já começam a questionar o Islã (via *web*) e algumas mulheres já começam a querer desencobrir a cabeça de seus Hijabs.

Para Castilho (2006), os protestos franceses estudantis de 2006 podem apontar que a ação dos ciberativistas é tão capaz de refletir-se na realidade tangível quanto as ações políticas tradicionais centralizadas em partidos, sindicatos, federações etc, o que não implica dizermos que a militância virtual vem a substituir a presencial.

Vê-se ademais que a militância virtual, enquanto forma de participação, também se diferencia por ter autonomia perante instituições políticas (centros estudantis, sindicatos, partidos, ONGs), ou seja, não é preciso pertencer a grupos para convocar campanhas, denunciar o que pensa, provocar protestos. Nesse sentido, por sua abrangência, o uso da internet como tática “de

todos e qualquer um” rompe e divide o poder de luta com as organizações oficiais, deflagrando uma perspectiva múltipla de possibilidades de atuação social.

Resumidamente, em toda literatura sobre o impacto da internet na extensão das possibilidades de participação política dois vetores se consolidaram após a primeira metade da década de 90: primeiro insiste-se na recuperação da esfera da discussão pública, e, segundo, destaca-se a capacidade da internet em superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa.

Nessa perspectiva a internet apresenta as seguintes vantagens para o encadeamento das funções de participação política: superação dos limites de tempo e espaço, extensão e qualidade do estoque de informações, comodidade, conforto, conveniência e baixo custo, não tem controles nem filtros, tem interatividade e apresenta oportunidades para vozes excluídas (GOMES, 2005).

Diferente da televisão e do rádio que se impõem como “meio de comunicação autoritário”, em que os tele ouvintes são meros receptores de informações, a internet, com sua arquitetura interativa, acentua a participação de todos, promovendo muito mais criatividade (JUNGBLUT, 2004). Com seu advento, é notório o aumento da produção intelectual teórico política. São muitos os textos e opiniões que os ciberativistas produzem e tornam público gratuitamente para amigos e desconhecidos.

Um aspecto excitante na net é o fato de estar levando a um renascimento da cultura escrita. Outras pessoas além dos escritores profissionais passaram a participar socialmente de comunidades virtuais e debates públicos nos quais o poder do que se diz não depende da pessoa ou do jornal no qual ela apareceu, mas simplesmente da qualidade da prosa e da qualidade das ideias. Isso é incrivelmente democrático e libertador. (GODWIN *apud* JUNGBLUT, 2004, p.110)

Também chama atenção a ideia de Bennett (2003) alegando que a internet converteu a relação que a TV mantinha entre público e mídia, e transformou o público consumidor de informação em produtor. Os efeitos políticos concretos dessas produções políticas e das comunidades virtuais criadas refletem-se a cada momento nos fatos sociais concretos, afinal:

Falas digitalizadas que ocorram no ciberespaço podem desaparecer como sinais magnéticos momentaneamente armazenados em alguns computadores, mas os efeitos concretos destas falas não desaparecem da mente dos interlocutores que as

mantiveram, nem as decisões no mundo off-line que possam ser tomadas em função delas. (JUNGBLUT, 2004, p. 102).

Ademais, para alguns estudiosos, a cultura política virtual se manifesta com práticas que promovem a inversão da imagem convencional de celebridades, marcas ou coisas do gênero, e funciona criando verdadeiras “embalagens políticas”, permissíveis de serem divulgadas mais constantemente pela internet, já que a televisão e o rádio têm todo um escopo de seriedade, e/ou no mínimo um compromisso com a fonte das notícias e imagens. (Clark, Hoffman-Martinot 1998, Marshall 1997, Franklin 1994, Scammell 1995 *apud* Scoot; Street, 2000).

Campanhas na rede virtual nascem muitas vezes descentralizadas e desprogramadas, sem clareza sobre suas metas ou coligações, mas podem ter impacto imensamente negativo sobre marcas, produtos, empresas e governos; é o caso da ONG GreenPeace que lançou uma bem sucedida campanha através da rotulagem da própria empresa Monsanto, contra a produção de sementes geneticamente estéreis, o que gerou efeitos positivos *off lines* (BENNETT, 2003).

Segundo W. Lance Bennett (2003) o panorama da diversidade e criatividade cultural do ativismo virtual é tão vasto que torna os indivíduos mais susceptíveis a formar laços políticos, o que não fariam no mundo material, movido por certa formalidade e compromisso. Há uma tendência, nascida das comunidades virtuais, em forjar bandeiras ou lemas políticos não mais ligados necessariamente à identificação mútua de líderes e/ou a extensas ideologias políticas, e essa conjuntura chega estimulando a participação de indivíduos, que nunca, antes da *web*, filiaram-se à causa alguma, como dantes citamos.

Por outro caminho, observa-se o aspecto imediatista das relações ciberpolíticas, quando o poder em disputa instaurado pelos diferentes atores na internet salienta que a narrativa dos movimentos cibernéticos têm se confundido com a própria narrativa dos acontecimentos públicos, e dessa forma a internet tem se tornado um grande laboratório de conflitos sociais diários, vide, por exemplo, a trajetória de demandas inscritas no site *petição online*. Nesse site, percebemos uma profunda ligação entre demandas inscritas por ativistas, e os acontecimentos públicos da atualidade. Esses canais revelam que a ideia de manifestar-se pelo mundo estaria fincada em planos cotidianos, imediatos, atuais, variados, concomitantes, envolto em simbolismos, e os quais não apenas o grupo define a pauta, mas o sujeito individualmente.

A pesquisadora brasileira Mônica Schicck (2008) investigou o site Avaaz.org e o site Petição *online*, e fez algumas descrições sobre eficácia de ações, concluindo que, tanto como movimentos presenciais, movimentos na *web* não ganham todas as batalhas, porém a ideia é que impactos sejam percebidos.

Não obstante, numa visão menos deslumbrada sobre os proveitos da internet para prática de movimentos sociais, há por ora quem afirme que na passagem do capitalismo industrial para o capitalismo informacional as possibilidades democráticas do mundo virtual traduzem-se como um jogo de sedução, típico do projeto de dominação e subordinação burguês da era eletrônica-informática. A “tecnoutopia”(crença no ciberativismo) seria assim, uma retórica ingênua lançada como isca pela classe virtual capitalista que quer impor seu poder com direitos de propriedade intelectual, artística, imaterial, vide as ações jurídicas lançadas pela *copyright* buscando reconhecimento legal de autorias. Também, uma onda de controle, vigilância e rastreamento estaria lançada na internet pela indústria da comunicação e seus interesses comerciais predatórios. Fala-se da existência de uma “classe virtual dominante” (AMADEU, 2011).

Em 2014 Sérgio Amadeu acrescenta que os estilos e diagramas de gerenciamento da sociedade atual se consolidam em redes sócio-técnicas, tanto por meio de disputas da indústria de *copyright*, quanto por meio da vigilância digital formada por instituições estatais. A despeito do discurso sobre a liberalidade extrema dos cidadãos conectados, o autor chama atenção para o controle que se agiganta na sociedade informacional, e instaura um questionamento conspirante: “Por que toda rede social de relevância mundial é Norte Americana? Por que o Facebook conseguiu se tornar a maior rede social da internet?”(AMADEU, 2014, p. 19).

As velhas teorias de manipulação das mídias hegemônicas tradicionais caíram por terra, e agora são necessárias novas hipóteses para compreender a atração de determinadas redes eletrônicas sobre milhões de pessoas; a possibilidade de controle, acomodação, resistência, gerenciamento de afetos e desejos. Pois estímulos estão sendo captados e modelados virtualmente, sob a égide do alargamento de liberdades. A ideia das grandes indústrias é

instigar a navegação, e os parâmetros dessa instigação são investigados por verdadeiros “mineradores de dados”, analistas de espectros.

Castells lembra-nos de que o poder da rede é o poder dos padrões da rede sobre seus componentes, ainda que este poder favoreça, em última análise, os interesses de um conjunto específico de atores sociais na origem da formação da rede e do estabelecimento de padrões (protocolos de comunicação) (AMADEU, 2014, p.23)

Considerando tais elementos, mas com análise diferenciada, Malini (2010) invoca a discussão a respeito do liame entre capitalismo e internet, atentando para a controvérsia causada por movimentos virtuais que questionam o cenário intencional da *web* (interesses de mercantilização da vida, gestão estatal de liberdades, modulações de comportamentos, enfim). O papel dos ciberativistas, para Malini (2010), tem sido justamente instituir o contrapoder à ordem capitalista cibernética, dar visibilidade às contradições, reposicionar ideologias, e esse panorama ao invés de estar reforçando, vem a anular o monopólio de narração mercadológica e de controle estatal, inicialmente planejados pelo capitalismo informacional.

Ilse Scherer-Warren (1998) também desconfia das organizações capitalistas no interior da internet, e denuncia o estímulo proposital dessas corporações à incitar rivalidade entre indivíduos, trazendo como consequência o aprofundamento de lutas descentralizadas, individualizadas, e sem enfoques claros e objetivos.

Mas por outro lado Warren (1998) acredita positivamente nos novos movimentos sócio-virtuais, e esclarece que os mesmos têm funcionado como referências simbólicas, canais de solidariedades, integradores de indivíduos dispersos politicamente, impactantes para a esfera pública. Baseada nos termos dados por Giddens a autora usa a expressão democracia dialógica, e democracia das emoções.

Dessa maneira demonstramos como variam as teorias sobre novos movimentos sociais e virtuais na era da informática. Ora mudanças morfológicas, ora mudanças de consciência e identidades, a latência ciberespacial política, como apresentamos acima, é, sobretudo, muito complexa, e devolve aos nossos olhos a esperança de um futuro mais democrático e “aberto”, embora a visão crítica e desconfiada da constante virtualização de nossas vidas deva ser refletida.

Mas em síntese, a estruturação do conceito de movimentos sociais, como vimos, veio se delineando ao longo da trajetória de lutas frente aos desafios sociopolíticos instaurados, e nas últimas décadas, a incorporação e popularização da internet se lançou como um elemento deveras radical para o cenário de reflexões a despeito dos rumos e representações da ação coletiva.

Percebemos que iniciativas de transformação social via mundo virtual ao invés de significarem uma ameaça às estruturas clássicas de reivindicação política, salientam uma demanda extremamente provocativa, diluindo referências políticas em todas as esferas do sistema.

Para Busson (2010), através da internet, os jovens têm rompido formalidades cruciais relativas à linguagem política e pública, pois desrespeitam autoridades direcionando palavrões, se expressam com total liberdade de ideias, não se restringem por tempo de fala, não precisam necessariamente “assinar embaixo” do que dizem, misturam muito humor com realidade política, entram e saem quando e como quiserem das discussões, procuram dizer com o máximo recorte de imagens possíveis para obter maior número de compartilhamentos no *facebook*, por exemplo, pouco se preocupam em “debater” bem e serem convincentes, o que no geral caracteriza um cenário onde a política se revela de forma bastante difusa.

Nesse ambiente apreendemos também uma composição de fatores que não expressam “diretamente” uma demanda “real” por política, há muitos casos de membros de comunidades virtuais que nunca debateram sobre o assunto da comunidade, nunca contribuíram com discursos e publicações, mas pertencem a ela, continuam indicando sua filiação à causa, como numa espécie de cidadania passiva, onde quer se mostrar adepto a causa, porém, sem necessariamente disputá-la ou defendê-la na rede. Portanto, uma análise sobre ciberpolítica deve levar em conta, sobretudo as novidades comportamentais trazidas pela própria sociabilidade da arquitetura virtual, que em certos casos favorece uma posição cômoda e passiva ao que se entende ativismo.

Por outro lado, a internet oferece relatos, fotos, testemunhas e pontos de vista mais diversificados sobre as motivações e os desdobramentos dos “carnavais anticapitalistas”, em contraste com a cobertura da corrente central da mídia, que costuma enfatizar os “atos irracionais de desordem” o “caos no trânsito”, a “destruição do patrimônio público”, os

“atentados contra propriedade privada”, minimizando a violência policial e silenciando e diluindo as perspectivas críticas dos insurgentes –“afinal, como levar a sério as reivindicações de um bando de vândalos e lunáticos exóticos, contrários aos desígnios do mercado, este santuário da sensatez?” (FILHO, 2005, p. 154).

No geral, internautas têm sido responsabilizados pelo desenvolvimento de uma contra-informação que viabiliza a produção de um cenário, considerado por Deleuze (1999), como o único capaz de resistir às novas formas de manipulação e vigilância da atual superestrutura midiática capitalista. Para o autor, uma informação funciona como palavra de ordem, pois quando se informa, pretende-se circular uma verdade que conseqüentemente se auto justifica no convencimento por parte da sociedade, deste modo, a contrainformação também funcionaria como meio de convencer, mas, à uma verdade do ponto de vista da própria sociedade, e não de um grupo exclusivo. O “monopólio do poder de dizer” (LÉVY, 2002) vem assim sendo sufocado pelos fluxos comunicativos intensos lançados por jovens na internet, que trocam e entrelaçam ações múltiplas, e fortalecem o instrumento do discurso e da persuasão como armas políticas (BUSSON, 2010).

É interessante a criação de um ambiente multiétnico, multinacional e multicultural, proporcionado não exatamente pela possibilidade técnica do computador e da internet, mas, sobretudo, pela intercessão de milhões de internautas preocupados em palpitar, tensionar, ou simplesmente debater a coisa pública, e deste jeito expandir pluralidades para condição de ação.

A interatividade virtual faz com que as mobilizações sociais no interior da internet entrecruzem-se de maneiras diferentes, coligando centenas de demandas ao mesmo tempo, tornando difícil saber ao certo o ponto de partida e de chegada dessas mobilizações.

Essas condições dão origem a múltiplos conceitos de movimentos sociais, e assim compreendemos a dificuldade em demarcarteoricamente o que se entende por militância virtual, pois numa postulação mais rígida, um militante político virtual seria aquele que mais realizasse cliques de compartilhamento? Um militante político virtual seria aquele que mais sustentasse um debate na rede? Aquele que realizasse campanhas? Que planejasse ações para

além da internet? Ultrapassar ou permanecer nos limites do mouse e do teclado, o que teria mais relevância?

Como já notamos, a necessidade de requalificação dos tipos de ação coletiva tem tomado fôlego nesse milênio, justamente pela emergência de distintas formas de manifestação pública, que não mais se restringem às demandas do movimento operário, às lutas por direitos universais, socialismo, classes, enfim, tem se constatado inúmeras alterações, inclusive pautadas em condicionalidades “impostas” pelo institucionalismo de ONGs, políticas públicas, pela expansão dos meios de comunicação, pela globalização, pelas migrações. Ainda que alguns autores já venham considerando as dinâmicas políticas criadas pela inserção das mídias digitais (CASTELL, 1999; GOMES, 2005; MARQUES, 2011; MACHADO, 2007), o debate acadêmico não tem relacionado os principais caracteres da experiência virtual na construção de abordagens sobre movimentos sociais no Brasil. Daí se propor uma reflexão profícua que inclua a questão do jovem (ator) e do ciberespaço (ambiente), a fim de compreender rupturas e continuidades no comportamento político de nossa geração.

De acordo com Filho (2005), a formação de culturas juvenis na pós-modernidade em muitos casos tem demonstrado afinidade com a luta política direta, e não somente com estabelecimento de estilos e modismos, pois os jovens já teriam a consciência dos riscos de serem absorvidos pela moda e o consumo, apregoados no capitalismo. Para o autor, a prosperidade do uso da comunicação baseada no computador, por exemplo, ao contrário de apenas promover o jovem no mercado global e/ou no fetichismo da mercadoria, serve agora de ferramenta na elaboração de estratégias contra-hegemônicas. A grande maioria de atos de desobediência civil e ações políticas anti-globalização, têm encontrado opositores em sua maioria jovens, atuantes na rede mundial de computadores.

Não faltam predicados para caracterizar a paisagem política que alia militância juvenil e internet. No ciberespaço, presenciamos uma quebra de tradições irreversível; alimenta-se a ideia de que tanto no plano presencial quanto no virtual teria validade atuar na vida pública.

Para muitos jovens do ciberespaço o mundo político pode sofrer intervenção por problemas que sejam perto ou longe de uma localidade específica, fazendo muito sentido opinar, criticar, votar ou denunciar questões políticas. A capacidade de interferir nas rotinas e sugerir condutas mais éticas, enérgicas, reforçando direitos, criando polêmicas e alterando pontos de

vista, salienta um desejo de participação bastante afluído, onde assim nos faz pensar se a juventude está despolitizada de fato, ou encontra poucas oportunidades viáveis para participação e luta no campo presencial, ou pouco tempo para mobilizar.

O nível de liberdade de expressão estimulado e vivenciado por esses militantes ampliam enormemente, e de maneira recíproca, a promoção de uma sociedade, ao menos no ciberespaço, sem vínculos padronizados de atuação política, sem correspondência ao que se chamaria de “ordem burguesa” democrática. De certa forma, as relações convencionais de poder são desmaterializadas, pois os jovens, utilizando a mediação do computador, transcendem “normas de etiqueta” impostas pelo conjunto do imaginário político “burguês”.

A seguir, daremos especial atenção ao debate sociológico que alia juventude e participação política. A temática da participação de jovens é recorrente desde as lutas estudantis da década de 60, porém, para além do movimento estudantil, autores têm realçado a multiplicidade de ambientes que esses jovens têm escolhido para atuar.

Diferente dos anos 1960, em que o movimento estudantil se impunha como primeiro paradigma de participação juvenil, nos dias atuais o paradigma corrente é o da fragmentação e pluralidade de atuação dos jovens que, articuladas das mais diversas formas, (re)criam espaços de organização e lutam pela garantia de políticas públicas que incluam suas demandas e necessidades (MESQUITA, 2009, p. 31).

Segundo Carrano e Brenner (2008) “os jovens de hoje mantêm a motivação para a participação, porém, é um número reduzido que se encontra disposto a fazê-la em espaços tradicionais e institucionalizados [...]” (p. 1), ou seja, novos contextos de participação e novos sentidos de mobilização social têm surgido no mundo todo, demonstrando tendências mais autônomas de jovens na criação de seus próprios mecanismos organizacionais políticos.

Dados do Latinobarômetro 2004 apontam que tais evidências representam graves problemas de gestão ligados à corrupção e falta de transparência das instituições tradicionais, e não simplesmente “apatia juvenil” como se supõe muitas vezes. Estruturas como: posses de hip hop, coletivos, grupos culturais, e ONGs têm configurado as atuais práticas políticas juvenis (NOVAES, 2005) Em termos de conteúdo, abordagens ligadas à gênero, raça, política pública, processos eleitorais, ética, ecologia, direitos sexuais e digitais se fazem mais presentes entre as tendências de engajamento, enfim. Diversos especialistas no tema diagnosticam a “crítica dos jovens às organizações partidárias, seu desinteresse por formas de

representação institucionalizadas e necessidade de maior orientação por temas diferenciados dos temas clássicos”. (CASTRO, VASCONCELOS, 2007, p. 104)

[...] este é um tempo de distopias, ou de utopias datadas e circunscritas a fins imediatos. Ou seja, nestes tempos perderia lugar a figura do militante do movimento estudantil, para alguns autores uma agência que teria perdido o seu papel quer de advocacia de direitos dos estudantes universitários, de representação dos interesses desse grupo, quer de sitio de lutas contra desigualdades sociais, modos de operação da modelagem político-econômica em curso, por justiça e mudanças sociais. (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p. 103)

Ampliando nossa lente é possível perceber que no cenário contemporâneo de interferência política da juventude há até formas não presenciais de luta e participação, como o caso dos aqui identificados ciberpolíticos.

Discutiremos desse modo, como a juventude entra na sociologia enquanto categoria chave reveladora de possibilidades de mudanças sociais, bem como se a disposição desses jovens para a transformação social revela e compreende o papel da tecnologia virtual na consolidação de ideários reivindicatórios concretos.

Capítulo III. Reflexões sobre juventude e protagonismo político

Como vimos anteriormente, o estado da arte sobre ação política na internet veio sendo traçado inicialmente por Manuel Castelle Pierre Lévy. Desde a década de 90, Lévy (2002) apresentou-nos uma visão otimista da expansão das TICs, e enxergou, notadamente, nos jovens conectados, o protagonismo em experiências inéditas de democracia, e na formação do que ele chamaria de cibercultura.

Já em Castells (1999) percebemos um prévio enraizamento entre redes virtuais e práticas juvenis. Como citara anteriormente, desde a elaboração mais primitiva da internet, os movimentos sociais juvenis influenciaram direta e/ou indiretamente sua construção e uso. Nesse capítulo, portanto, dedicaremos especial atenção à participação política do jovem no mundo virtual, haja vista ser ele o maior usuário, em termos percentuais, da rede mundial de computadores.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, nos últimos três meses do ano de 2011 constatou-se que 46,5% do total da população brasileira acessou a internet, sendo que 42,4% desse total estão na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade. Nesse âmbito, os jovens de 15 a 17 anos representam 10,1%; de 18 a 19 anos, 6,0%; de 20 a 24 anos, 13,7%, e de 25 a 29 anos, 12,6%.

Privilegiamos como método o uso de dados estatísticos sobre jovens internautas no Brasil da faixa etária de 15 a 29 anos, tal como apontam as matizes atuais formuladas pelo IBGE do que se designaria a categoria jovem, porém, não deslegitimamos a constituição de outras matizes definidoras da faixa etária juvenil (ECA, UNESCO, IPEA, Convenção Iberoamericana da Juventude, Plano Nacional da Juventude).

Em termos de inclusão digital, pesquisa acerca das iniciativas públicas constam, em números, o surgimento de 31.594 mil pontos de inclusão digital no Brasil (IBICT, 2008), onde o Nordeste aparece em primeiro lugar com 37% dessas iniciativas, acima do Sudeste, com 36%.

De acordo com talaporte estatístico, constatando ampliação cada vez maior da inclusão digital no Brasil, e acesso de 42,4% da população usuária de jovens, tentamos formular alicerces teóricos sobre a crescente militância juvenil na rede virtual da internet, e assim nos deparamos

com uma variedade de situações e circunstâncias, em que relações políticas entre jovens são estabelecidas na internet.

Num célerediagnóstico, identificamos as seguintes situações: participar de fóruns de discussão *online*; integrar comunidades virtuais relacionadas a temas políticos; mobilizar protestos virtuais; propor demandas, via e-mails, à candidatos ao parlamento; produzir e compartilhar mensagens de consciência política; fazer denúncias sobre instituições, marcas, empresas; solicitar assinaturas virtuais para que sejam encaminhadas às autoridades; incitar boicotes virtuais; realizar campanhas pró direitos humanos; monitorar crimes virtuais e protocolar denúncias ao poder judiciário. Enfim, são diferentes ações, que, com muita criatividade, têm constituído o que aqui se identifica como ciberativismo juvenil.

De antemão havemos, nesse curso, que debater a respeito do jovem, pois o mesmo atravessa a discussão como personagem em destaque na política virtual, cabendo-nos dessa maneira ponderar sobre a associação entre juventude e seu identificado papel de vanguarda política na sociedade.

Se o jovem em muitos casos é alvo de discussões em torno de certa tendência em atuar como agente de transformação, em tantos outros se tenta apreender as razões biológicas, psicológicas, ou contextuais dessa afirmativa. Nesses termos, vimos a necessidade de lançar mão de análises sociológicas sobre jovens para com isso precisarmos melhor a construção de um objeto que alie juventude, movimentos sociais, e internet.

I. Juventude por gerações

No final do século XX e início do século XXI presencia-se um grande impulso na discussão em torno do tema juventude. Desde as reformas nas escolas, no mercado de trabalho, na família, e no serviço militar a partir do final do século XIX, pode-se dizer que a adolescência fora inventada.

Uma geração própria, distinta dos adultos, e consciente de seu papel, irrompeu a cena pública para fazer “a reforma, a revolução, a guerra, o amor, o rock, as drogas, e o ciberespaço” (FEIXA, 2014, p 65). Centrados na experiência de jovens da Europa, Estados

Unidos e América Latina, Carles Feixa e Yanko González (2014) criaram uma metáfora panorâmicadedicando dez décadas que consagrariam o reconhecimento da juventude enquanto grupo etário específico e distinto.

Para isso, tais autores fazem um mapeamento genealógico citando alguns marcos históricos como o fato de que em 1899 uma legislação britânica proibiu encarcerar os menores de 16 anos ao lado de adultos; logo após, em 1908 passa a haver um tribunal só para menores; nesse período também é publicada uma primeira obra sobre o tema: *Adolescence: its Psychology and its Relations to Psychology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion, and Education*.

Com tendência darwinista, seu autor propôs que a adolescência se daria entre os 12 e 25 anos e significava uma etapa a ser cumprida por todos os sujeitos. O conteúdo desta obra, de Stanley G. Hall, viu correspondência entre a adolescência e uma fase na pré-história crítica, uma fase de tormenta e agitação, marcada por migrações em massa, guerras, culto a heróis, “uma dramática renovação da personalidade provocada pela puberdade fisiológica, que se concentra em tensões emocionais. A adolescência está dominada por forças do instinto” (p.67). Esse livro foi considerado o primeiro tratado teórico sobre a juventude moderna, e sua concepção teve ressonância entre educadores, políticos, e dirigentes de associações juvenis da época.

Uma segunda obra marcante para história da concepção teórica da categoria juventude foi a obra *Ariel*, publicada em 1900 pelo uruguayo José Enrique Rodó. Ela significou a primeira reivindicação de uma condição juvenil, nesse caso, calcada por enobrecer a identidade cultural latino-americana, contra o modelo civilizatório europeu. Criou um modelo novo de futuro: o jovem latino americano. Embora a “condição juvenil” na América Latina fosse minoritária, e privilégio de elites, em 1900 este livro também assinalou o começo da atenção voltada aos jovens, e assim consagrou que os autores aqui mencionados chamariam de geração A- adolescente (FEIXA, 2014).

A geração B (*Boy Scout*²²) diferentemente, tinha como alicerce o culto a adolescência, o patriotismo jovem, e o militarismo. Essa geração foi marcada ainda pela obra de Walter

²² Tradução: escoteiro

Benjamim: *Metafísica da Juventude*, em 1914, que retrata o encabeçamento, por jovens, de uma revolução cultural no terreno espiritual. O nascimento da organização juvenil *boy scouts* proposta por Robert Baden Powell²³, e inúmeras outras literaturas edificantes do signo “juventude”, por ora contribuíram para o novo contexto.

Então, segundo Feixa (2014) a primeira geração é de 1900, a geração A de adolescente, e a segunda é a geração B (Boy Scout) do ano de 1910.

Já a terceira geração leva a nomenclatura de uma organização juvenil russa, geração K (Komsomol), e teria início em meados de 1920. Diante dos 8 milhões de jovens mortos na Primeira Guerra e do triunfo da Revolução Russa, a tomada de partido na cena política por parte dos jovens reforçará uma consciência geracional de grande relevância.

Em *el Komsomol* a divisão sexual desaparece, os jovens são agrupados por idade, e internamente passam a desenvolver atividades de formação cívico militar em defesa do novo regime socialista.

Nessa década, em 1923 o autor espanhol José Ortega Y Gasset (artigo *la ideia de las geraciones* e livro *la rebelión de las masas*) defendia a tese de que homens nascidos na mesma geração compartilhavam de uma sensibilidade vital análoga, e se opunham a gerações passadas ou posteriores. Assim, a ideia de uma “missão histórica” da juventude ganhou tanta força que chegou a substituir, segundo alguns intelectuais, o protagonismo operário, pelo protagonismo juvenil.

Uma identidade para a juventude, permeada por conflitos e coalisões, vai deste modo sendo construída a partir de eventos políticos de grande relevância como a Revolução Russa, a Primeira Guerra, a Revolução Mexicana, bem como a nova participação de classes médias, artísticas, e universitária nos cenários públicos influenciam no desencadeamento da imagem do jovem enquanto ator social.

²³Robert Baden- Powell era um líder militar britânico, conhecido como fundador dos escoteiros e do Movimento Girl Guides (escoteiras na América) .

Ainda em Feixa (2014), dez anos após a geração K, em 1930 nasce a Geração P (Paramilitar). No contexto entre guerras, uma organização de Estado cunhada por Benito Mussolini na Itália criou um forte apelo estético com a imagem do jovem. Encenavam seus ideais em desfiles, canções, e aparições públicas, e com efetividade atuaram no terreno dos esportes, do militarismo, da ideologia, e nos estudos para cuidados médicos à soldados em batalhas. Igualmente ao comunismo, ao antimperialismo, e ao nacional-catolicismo que mobilizou grande parte de jovens, o fascismo e o nazismo foram utilizados para mobilizar ainda muitos outros, e serviu para estender a hegemonia de Estados totalitários na Europa.

Ao redor destes sangrentos regimes, no entanto, surgiram dissidentes, que na música e nos bailes encontraram o único espaço para escapar dos rumores autoritários, como foi o caso dos Rebeldes do *Swing* na Alemanha.

No campo intelectual, a dissidência mais emblemática encontra-se nos registros do italiano Antônio Gramsci, que dedicou uma parte de seus 28 “cadernos”, escritos no cárcere em 1930, à temas como *A questão do jovem* (*La questione dei Giovani*). Para Gramsci os jovens estão em estado de rebelião permanente, porém quando o fenômeno político envolve um caráter nacional e a questão de classe não aparece abertamente, o problema se torna caótico aos seus olhos, e uma possível superação desse caos não emergirá de conceitos abstratos, mas de concepções históricas reais.

Em suma, na geração P (Paramilitar) de 1930 prevalece o pensamento progressista sobre o poder e a força do jovem no terreno belicoso, sobretudo porque setores das classes médias são conduzidos, a princípio, às emergentes condições de guerra e revolução do período. Embora houvesse a militância de esquerda socialista, não deixou de haver também uma juventude disposta a ser motor fundamental na produção do militarismo estadista e totalitário. Principalmente o nazismo e o fascismo colocaram o jovem em primeiro plano nas ações políticas e ideológicas. Vale dizer que a igreja católica nesse bojo também encontrou a importância do jovem e passou a formar juventudes obreiras cristãs no mundo inteiro.

Já na década de 40, sugere Feixa (2014), que o nome de geração E (*escéptica*) seria pertinente, mas, numa tradução para a língua portuguesa denominaríamos de geração A, de ascética. Essa geração em 1945 presencia o final da Segunda Guerra Mundial, e

principalmente as penalidades vividas nas trincheiras militares, daí conceber-se uma juventude desencantada, abatida, sem fé. O medo em torno de bombas nucleares também acelera a derrubada de seus ideais, e colabora para adesão a um espírito filosófico niilista, existencialista, pragmático; pessoas que se despolitizam para sobreviver diante das ruínas. Porém, essa tendência não durou muito, pois o fracasso econômico do pós-guerra irá se reverter em grandes investimentos, e numa nova empreitada capitalista, agora preocupada com consumo em dimensão de “massas”.

A difusão dos meios de comunicação, a crescente escolarização de jovens, e o nascimento de um mercado específico para eles no pós-segunda guerra, reforçou a noção de uma “cultura juvenil”, não necessariamente compromissada com política ou moral, mas agora interessada em moda, consumo, estilo. Com essa tendência de mercado cada dia mais presente e direcionada ao dia-a-dia dos jovens, pouco a pouco, veio se formando a imagem do “rebelde sem causa”.

Na América Latina esse contexto dos anos 40 se desenvolve de outra forma, as primeiras investigações científicas começam a pensar numa psicologia social para adolescentes. Mais importante do que a Segunda Guerra, serão as migrações rural-urbana derivadas da grande exclusão econômica, social e cultural, são elas que contribuirão para publicações científicas a ressaltarem os males psicológicos da pobreza na vida de jovens, o quanto determinante alguns traumas na juventude serão para idade futura.

Um pouco mais tarde, em 1950, a próxima geração dar-se-á o nome de geração R (Rock & Roll). Quando a música negra (*blues*) passa a ser difundida e cantada por jovens brancos, havia nascido o rock & roll. A primeira cultura autenticamente internacional, Norte Americana, popular, e com símbolo da juventude, inaugura um mercado de massa juvenil a nível ocidental. Uma série de produtos associados a ele como filmes, discos, toca discos, motocicletas, roupas, ídolos, artistas, etc, atribuíram ao jovem um papel completamente individualizado na sociedade. Neste momento surgem dezenas de agrupamentos juvenis mobilizados em torno de artistas (fã clubes), filmes, musicais. A ideia era criação de estilos que representassem o jovem incomunicável com o mundo adulto, egocêntrico, hedonista, irresponsável.

Nesse momento se concebe a idade jovem como a idade da moda, do fetiche, da beleza, e na América Latina não será diferente. Influenciado pelo intenso processo de modernização e urbanização, sustentado pelo Plano Marshall e os apelos dos Estados populistas, esse modelo de cultura juvenil na América Latina se perpetuou.

A disputa geracional entre jovens que queriam expressar novas identidades, e adultos que necessitavam manter os elos do passado, era o que havia de mais “radical” e simbólico para aquele período. E ainda que a desigualdade social se constituísse mais presentemente no cotidiano dos latino-americanos, as raízes burguesas norte americanas de consumo e bem estar tomaram a cena cultural.

Com muita disparidade é o que virá transcorrer na década de 60. Ela viubrotar a geração I (insurreta). Um típico protesto estudantil em Berkeley (EUA-1964), encabeçado por jovens universitários, se converteu em um enorme movimento pró-direitos civis, e se difundiu largamente por diversas outras universidades norte-americanas. Nessa conjuntura, alguns grupos (dissidentes da moda consumista) formados desde os anos 50, e articulados em torno da música *jazz*, da boemia, da arte, e do uso de haxixe, em meados de 60, convergiram no que ficou conhecido como *flower power*, popularmente chamado de movimento hippie.

Na França, as manifestações estudantis de maio de 68 também colaboraram para novas convergências de movimentos jovens. Não menos importante seriam as publicações científicas em torno desse ambiente efervescente, umas tendentes ao resgate do marxismo revolucionário, outras mais freudianas, e de todo modo elas causarão um mal estar agudo para o arquétipo consumista de sociedade moderna, e se converterão em um autêntico manifesto geracional, que teorizou a “missão” da juventude como criadora de uma cultura alternativa à cultura dominante, e assim dizer, criadora da contra-cultura²⁴.

Uma revolução das consciências, suscetível a derrubar o mito do conhecimento objetivo, fundamento “de toda alienação”, se tornou a matriz idealista mais profunda daquele paradigma político que desembocou na ocupação de casas, na mobilização pelas ruas, na liberação de

²⁴Em termos culturais também devemos salientar o crescimento de uma nascente indústria cultural “criolla”, ou seja, aquela que nacionalizou o rock & roll em diversos países da América Latina, e instituiu o aparecimento da Jovem Guarda (Brasil), do Club del Clan (Argentina), da La Nueva Ola (Chile), e do Rock Chicano (México).

drogas, sexo, e rock & roll. Reivindicando direitos civis de toda ordem, e alertando contra o imperialismo e o militarismo, as revoltas juvenis dos EUA, e da “Primavera de Praga (FR-1968)” permitiram a fertilização de terrenos políticos em todo o globo; também na América Latina, e desse jeito influenciaram episódios marcantes na história mundial, como a Revolução Cubana.

Especificamente na América Latina, os movimentos estudantis de 60 se aliaram a sindicatos e partidos de esquerda, e expressaram grande desconforto com a miséria, a dependência econômica e intelectual, e as situações básicas de sobrevivência. Tal narrativa regional dos movimentos, propiciará a constatação da diversidade dos atores jovens no interior das classes sociais, por exemplo, e foi dessa maneira que os compilados estudos científicos sobre a juventude latino-americana do período trouxeram a tona o conceito do “jovem marginal”, isto é, enquanto setores de elite buscam conquistar um maior espaço de autonomia cultural, a maioria dos jovens, em situação de pobreza, logravam alcançar uma condição “básica” de existência. Com esse diagnóstico, daí em diante, nunca mais foi possível falar em juventude no singular.

Mais adiante, germina nos bairros suburbanos de Londres na Inglaterra um jeito bem diferente de ser jovem, batizado como punk. Esse estilo se difundiu de forma muito rápida na década de 70, e deu origem à geração assim denominada pelo autor Feixa (2014) de geração P (Punk). A forma com que objetos, mercados, e símbolos foram reordenados e re-situados no comportamento de parte da juventude, reforçaram atividades grupais, inclusive performaticamente em torno da nova banda *Sex pistols*. Na América Latina o terrorismo de estado, a tortura e assassinatos proporcionados pelas ditaduras militares se instalaram duramente nesse período e restringiram a liberdade política e cultural dos jovens. Entretanto a resistência social e o descontentamento se fez perceber através de vestimentas ecléticas e incompatíveis com padrões de beleza dantes cogitadas, era o estilo punk se alastrando para as Américas.

Já no ano de 1985 a Unesco declara o Ano Internacional da Juventude, e assim Feixa (2014) denominou a década de 80 como a década da geração T (Tribo). Indiretamente a Unesco havia admitido que as coisas não iam bem com os jovens. Índices estatísticos negativos galopavam, o retorno da dependência familiar, problemas de inserção social e outras

demandas não correspondidas, trouxeram a tona o que Michel Maffesoli (2006) chamou de *tempo da tribos*. Para o sociólogo francês a proliferação de microculturas juvenis nascida na cultura do consumo e as margens da contracultura metaforiza a confluência de comunidades onde flui afeto, estilo, oposição, e hierarquia interna.

Esta década termina com a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo soviético, portanto, chega anunciando o que se chamaria entre alguns filósofos de “fim das ideologias”, ou “fim da história”. Não destoante, na América Latina a continuidade de algumas ditaduras junto a intensas crises econômicas irão rotular esses anos como “década perdida”.

A próxima geração, a da década de 90, ficou denominada por Feixa (2014) de geração N (Net). Uma revolta no México liderada por jovens indígenas trará novas tendências em termos de embate público. Utilizando tecnologias de comunicação, além de armamentos bélicos, aqueles jovens indígenas denunciaram o massacre do governo mexicano contra a população no fronte, e deram projeção a tal injustiça para o mundo inteiro pelas redes sociais. Ou seja, a “primeira guerrilha pós-moderna” foi realizada por jovem se converteu numa referência geracional, que hoje, por exemplo, é inspiração crucial para esse presente trabalho acadêmico, tanto por deflagrar a questão dos movimentos sociais via internet, quanto por ser protagonizado pela juventude.

Destarte o impacto cultural da internet e de diversos outros instrumentos eletrônicos sobre a geração de jovens dos finais da década de 1990 ficou de tal forma evidente que já é possível falar numa geração “antes” e “depois” da internet.

II Juventude como foco acadêmico

Embora a construção histórica dos enfoques sobre jovens remontem aos finais do século XIX, vemos que o esforço acadêmico internacional sobre o tema juventude se consolida a partir da década 60 do século XX, havendo certa regularidade de produção nos anos que se seguem, e com momentos de pico nas décadas de 1980 e 1990.

Especificamente no Brasil, a produção do debate sobre jovens tornou-se mais evidente em finais da década de 1960, destacando-se o clássico de Maria Alice Forachhi sobre juventude estudantil (1965).

O mapeamento das discussões científicas aqui no Brasil indica que no período de 1970 “movimentos políticos” foram colocados como principal temática no interior das discussões sobre juventude; já na década de 1980, ganhou peso os estudos de jovens “em situação de rua”, e em 1990, os debates sobre “desemprego” e “a AIDS” tomaram corpo.

De uma forma geral, as tendências de abordagens sobre jovens privilegiavam temas como delinquência, criminalidade, ou, segundo Pais (1993), as investigações apareciam sempre associadas a algum problema social que se queria dar solução e por isso investigar em termos empíricos.

Se pensava basicamente que carências e omissões sofridas por jovens poderiam se converter numa fonte aguda de conflitos sociais na fase adulta, daí o imperativo do aprofundamento em pesquisas sobre juventude. Porém, no presente momento, não se investiga somente pelo prima de potenciais conflitos, os enfoques ganharam amplo nível de complexidade e envolvem uma intercessão de questões como raça, gênero, classe, sexualidade, localidade, relações de poder; e seus recortes perpassam por conceitos de culturas, microculturas, subculturas, estilos, tribos, cenas juvenis, etc.

Nesse estudo, temos de antemão a consciência de que o segmento jovem internauta no Brasil é, em alto grau, diversificado, e reconhecemos conseqüentemente, a impossibilidade de lidar com essa diversidade.

De forma alguma pensamos ser a internet um território fechado onde todos os jovens teriam um perfil de militância política semelhante; ao contrário, sabemos da imensa circulação de perfis juvenis pela rede, e por isso desenvolvemos este trabalho segundo uma aceção determinada de faixa etária juvenil e a partir do arcabouço teórico específico da discussão que ora posiciona e ora retira o jovem da vanguarda das transformações políticas da sociedade.

Como protagonista de uma crise de valores e de uma crise de gerações situada sobre o terreno da ética e da cultura, o jovem da década de 1960 e 1970 passou a se manifestar em abundância nas praças, avenidas e universidades. Em decorrência desse comportamento,

problematizações teórico-sociológicas recaíram sobre a juventude, e, em alguns casos a criminalizou, e em outros, avistou-a como fundadora de atributos revolucionários.

Surgiria dessa conjuntura a sistemática de algumas correntes de análise entrelaçarem os temas juventude e política. Vemos que uma das correntes teóricas relacionadas ao assunto juventude e política, é a corrente “classista”. Nela, um aspecto preponderante mantém explicações cujo parâmetro advém da potencialidade revolucionária do jovem.

Segundo Pais (1990), a cultura jovem, para os adeptos da corrente classista, se identifica de modo inerente com a cultura da resistência de classe, “mesmo os estilos mais exóticos de alguns comportamentos jovens (por exemplo, na maneira de vestir) são vistos como uma forma de resistência, uma solução mágica às contradições de classe” (PAIS, 1990, p. 158). Com essa explicação, presume-se que as culturas jovens e seus rituais teriam sempre um significado político, ou de capacidade política.

Em 1961 o sociólogo Karl Mannheim já havia chamado atenção para as distintas conotações do papel da juventude nas diferentes sociedades. Para ele, há sociedades em que os jovens não exercem papel na mudança histórica, já em outras, seu papel é conservador e não progressista, como se poderia esperar. No entanto, mesmo refletindo criticamente sobre a relação “inseparável” entre juventude e revolta, Mannheim (1961) acredita numa “potencialidade pronta para qualquer oportunidade” (MANNHEIM, 1961, p. 41), deste modo, o “ser jovem” teria mais propensão à comoção, visto um característico estado biológico e sociológico também:

Ele penetra em um mundo em que os hábitos, costumes e sistema de valores são diferentes dos que até aí conhecera. O que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, esta penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes [...] Esta é a explicação do fato peculiar de que em sua adolescência e no prolongamento desta, tantas pessoas são ardorosos revolucionários ou reformadores, enquanto muito comumente elas mesmas, logo que se instalam em um emprego e constituem família, passam para defensiva e intercedem em favor do status quo. (MANNHEIM, 1961, p. 42).

Diferentemente, Matza (1968) ao estudar a cultura jovem dos boêmios, dos radicais e dos delinquentes (denominação dada pelo autor), encontrou resposta para seus comportamentos

“transgressores” na própria sociedade, no que ele designou de “tradições ocultas da sociedade americana”.

O autor verificou três perfis de jovens revolucionários - boêmios, radicais, e delinquentes - onde todos estariam vinculados à premissa oculta em dar uma resposta política à sociedade, ainda que essa resposta nem sempre fosse politicamente consciente e proposital (caso dos jovens delinquentes e boêmios) ou o fosse (caso dos radicais).

Isto é, para Matza (1968) os fatores definidores de uma juventude como agente de transformação, estariam sendo estimulados pela própria sociedade capitalista, que ocasiona situações de opressão, exclusão e sofrimentos. Assim mesmo reforça a autora Glória Diógenes (2008) em seu estudo sobre jovens:

A juventude é o segmento que mais catalisa as tensões sociais como também as exterioriza; a juventude é a vitrine dos conflitos sociais [...] A condição de pobreza, o sentimento de exclusão, são experiências dolorosas e, embora atuem como anti-referentes, mobilizam a formação de turmas (DIÓGENES, 2008, p. 162-163).

Georges Lapassade (1963) por sua vez discute a “crise” da juventude como uma resposta à crise gerada pela própria sociedade. Para ele, os jovens conseguem realizar o verdadeiro “contragolpe” contra as condições socialmente opressoras, daí seus comportamentos politicamente distintos.

Ademais, o autor acredita que a juventude, mesmo de países ricos, também se manifesta, e que a pobreza nem sempre determina as subversões juvenis, pois em países de pleno emprego há jovens insubordinados recusando todo conjunto do sistema social.

Para além das teorias que ora associam, ora desassociam juventude às potencialidades de luta e resistência, o caráter político da juventude, em muitos casos é visto sobre outros aspectos de interferência, como exemplo, a questão da apreensão de uma identidade cultural dos grupos de jovens.

Nesse contexto, uns dos pioneiros nas discussões sobre “subculturas de juventude”, o Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham - CCCS (Inglaterra) publicou edição exclusiva de sua revista em 1976 visando oferecer respostas ao crescente enfoque artístico que

intelectuais vinham dando às novas culturas jovens: punks, mods, teds, rastafáris, skinheads e demais.

Vistas como estilos de lazer, música e consumo, e exploradas publicitariamente como símbolos da modernidade e do prazer descomprometido, as culturas juvenis do pós-guerra europeu foram taxativamente homogeneizada num corpo ilustrativo da imagem do consumo extraordinário do capitalismo, intimamente ligadas à indústria da moda.

Rechaçando tais perspectivas de análises, o CCCS resgatou a necessidade de um olhar mais enraizado sobre as subculturas, olhar esse que não negligencie a importância de se decompor as raízes sociais e econômicas dos grupos culturais jovens, bem como os sinais políticos de suas manifestações (FILHO, 2005).

Porém, a década de 1990 é enfática e se volta novamente a criticar os sociólogos da CCCS, revelando como datado seus discursos a respeito das subculturas juvenis. Para os autores da década de 1990 os pressupostos metodológicos criados em 1970 foram todos suplantados, tendo como marco as obras: sociologia do gosto (Bourdieu, 1997); teoria da performatividade de Butler (1990, 1997); conceito de tribalismo (Maffesoli, 1988); sociedade do espetáculo e do consumo (Jameson e Baudrillard, 1985) (FILHO, 2005); depois dessas obras, entrelaçar juventude e política ficou cada vez mais difícil, pois sobretudo se ressaltam as manifestações de jovens ligados à protagonismos artísticos e culturais.

Deste modo, os críticos do subculturalismo inglês ficaram conhecidos na década de 1990 como pós- subculturalistas e igualmente resgataram a relação entre jovens, consumo, mídia, estilo e identidade. Novas terminologias em substituição à “subcultura” também marcaram o panorama revisionista, tais como: canais, subcanais, comunidades emocionais, cenas, estilos jovens. E o papel das resistências políticas juvenis e de seus potenciais subversivos, cada dia mais ficaram de lado.

Baseados na ideia de que as instituições socializadoras da juventude (família, escola e igreja), foram deslegitimadas e estranhadas como instâncias de orientação, tendências musicais, a partir do surgimento do rock, estariam se tornando portos simbólicos da “vontade de afirmação” juvenil, dando conta da ausência daquelas instituições tradicionais. A crescente

liberdade oferecida aos jovens estaria fazendo com que eles mesmos criassem suas referências, agora, mais enraizadas por orientações artísticas (DAYRELL, 1999).

Nesses tempos, a influência sobre a juventude estaria demarcada por valores individualistas, que fazem o jovem se unir, mas não por causas políticas e coletivas, e sim por satisfação pessoal, daí a inclinação por formações de grupos apenas como continuidade de uma afirmação e identificação do ego.

Ademais, ressalta-se que a espetacularização da vida contemporânea estaria criando uma simulação para todas as instâncias do cotidiano, e a vida simbólica se faz cada vez mais importante para o jovem, daí seu desvio ao projeto político coletivo e seu apego às culturas de feitiço mais musical e cultural, que compartilham sentimentos de pertencimento, reconhecimento e experiências cotidianas mediadas por estilos.

Em suma, as músicas expressam um conflito fundamental onde, de um lado, tenta-se a afirmação do ser, do ego, da liberdade individual. Por outro lado, quando o ego volta-se para dentro de si mesmo, mergulha numa absoluta falta de sentido, num vazio existencial que torna amarga a auto-definição” (DAYRELL, 1999, p. 355).

Embora uma avalanche de críticas, sociólogos da CCCS retrucaram e passaram também a apontar os problemas de uma visão preliminar que suplanta qualquer dimensão macropolítica e reduz todas as suas motivações de existência ao mero acúmulo de capital cultural “onde o prazer substitui a política e a noção de contracultura evoca mais o consumo e o shopping do que a resistência e o desvio” (FILHO, 2005, p. 148).

Um estudo de caso sobre comportamento e concepção dos novos grupos juvenis foi demonstrado no Brasil quando a chegada da cultura punk em 1980 denunciou os explorados e marginalizados pelo capitalismo. Sua revolta deu-se contra personalidades, sistemas de poder, e suas manifestações se consolidaram através de passeatas, greves, quebras, invasão aos shoppings, e barricadas.

Ou seja, muitas culturas juvenis ressurgem, e como salienta Filho (2005), não se confundem com gritos de desistência política ou de passividade, ao contrário aliam criatividade, prazer, ideologia, hedonismo e macropolítica.

De acordo com Filho (2005), a formação de culturas jovens na pós-modernidade em muitos casos tem demonstrado afinidade com a luta política direta, e não somente com estabelecimento de estilos e modismos, pois os jovens já teriam a consciência dos riscos de serem absorvidos pela moda e o consumo, apregoados no capitalismo.

Segundo o autor, a prosperidade do uso da comunicação baseada no computador, por exemplo, ao contrário de apenas promover o jovem no mercado global e/ou no fetichismo da mercadoria, serve agora de ferramenta na elaboração de estratégias contra hegemônicas.

A organização de atos de desobediência civil e ações políticas antiglobalização tem encontrado opositores, em sua maioria jovens, na rede mundial de computadores.

A internet oferece relatos, fotos, testemunhas e pontos de vista mais diversificados sobre as motivações e os desdobramentos dos carnavais anticapitalistas, em contraste com a cobertura da corrente central da mídia, que costuma enfatizar os “atos irracionais de desordem” o “caos no trânsito”, a “destruição do patrimônio público”, os “atentados contra propriedade privada”, minimizando a violência policial e silenciando e diluindo as perspectivas críticas dos insurgentes- afinal, como levar a sério as reivindicações de um bando de vândalos e lunáticos exóticos, contrários aos desígnios do mercado, este santuário da sensatez? (FILHO, 2005, p. 154).

Não faltam predicados inovadores para caracterizar a paisagem política que alia juventude e internet. No ciberespaço, presenciamos verdadeira quebra das noções de política dentro de determinada instituição; alimenta-se a ideia de que tanto no plano natural quanto no artificial, teria validade atuar na vida pública. Para muitos jovens do ciberespaço, o mundo político pode sofrer intervenção por problemas que sejam perto ou longe de uma localidade específica, fazendo muito sentido opinar, criticar, votar ou denunciar questões políticas universais.

A capacidade de interferir nas rotinas e sugerir condutas mais éticas, enérgicas, reforçando direitos, criando polêmicas e alterando pontos de vista, salienta um desejo de participação bastante aflorado entre os jovens conectados.

Uma característica das relações políticas dos jovens brasileiros na internet é a efemeridade com que muitas comunidades, campanhas, debates, e ações são estabelecidas.

O nível de liberdade de expressão estimulado e vivenciado por esses jovens ampliam enormemente, e de maneira recíproca, a promoção de uma sociedade, ao menos no ciberespaço, sem vínculos padronizados de atuação política, sem correspondência à “ordem burguesa” de prática política democrática. De certa forma, as relações convencionais de poder são desmaterializadas, pois os jovens, utilizando-se da mediação do computador, transcendem às “normas de etiqueta” impostas pelo conjunto do imaginário político tradicionalista.

Finalmente, dentro do panorama apresentado nesse tópico, advogamos a favor de uma concepção que mescle: o fundamento da investigação macropolítica, e fundamentos de razões culturalistas, simbolistas, celebralistas, exotismos, motivos de pertença, gostos, novidades, capital cultural, sensorialismo, afinidades, e espaços de deriva (FERREIRA, 2008). Até mesmo as definições que pretendem amoldar os grupos juvenis atuais como “não grupo”, como o fim do “nós”, devido à intensa fragmentação estabelecida pelas relações sociais da atualidade, devem ser reconhecidas em suas “evidências históricas” mais transparentes à pesquisa científica.

No caso característico dos jovens militantes virtuais, preferimos o estudo de uma sociabilidade direcionada às bandeiras políticas, porém, tal sociabilidade, ainda que inclinada a essas bandeiras, recusam inúmeras tendências tradicionais do que se espera de um comportamento politicamente aceitável, como veremos mais adiante.

IV.Movimentos virtuais de jovens: movimentos estudantil e de mulheres pelo parto humanizado

A fim de observar algumas práticas políticas realizadas entre jovens na rede mundial de computadores, elaboramos pesquisa direta, através de questionários, com 160 jovens brasileiros da faixa etária entre 15 a 29 anos, integrantes do movimento estudantil, e presentes no Congresso da União Nacional dos Estudantes em 2013 na cidade de Goiânia.

Discutimos a respeito da percepção e auto percepção do ativismo político pela internet e expomos dados que demonstram nível de participação e dedicação aos movimentos virtuais, iniciativas na produção desses movimentos, graus de crença em seus efeitos, bem como medidas de confiança sobre o papel das redes de internet na transformação social.

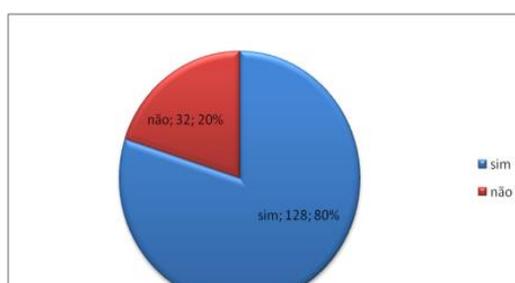
Buscamos diagnosticar as significações das redes de internet na produção política atual, a fim de posteriormente discutir se perspectivas de atuação política têm se ampliado entre jovens, a partir da aceitação ou não de códigos culturais e simbólicos engendrados do e no mundo virtual. Esta pesquisa é a seguir apresentada através do diálogo com gráficos aqui elaborados.

Nesta dissertação expomos também partes de entrevistas feitas com coordenadoras de grupos políticos virtuais, especificamente do movimento de mulheres pelo parto humanizado e “maternidade ativa”.

Deste modo, mesclamos duas pesquisas diretas com jovens militantes a respeito do uso político das redes sociais de internet, uma com jovens do movimento estudantil, e a outra com mulheres defensoras do parto humanizado e da “maternidade ativa”, a fim de expor um pequeno panorama representativo dos sentidos e perspectivas de confrontos políticos entre jovens pela internet.

Os resultados da pesquisa realizada com integrantes do movimento estudantil indicaram que a maioria dos jovens militantes tem participado da política no mundo virtual com muita frequência, e que o coeficiente de contribuição que eles dedicam às redes de internet é bastante alto, chegando a 80% dos respondentes.

Gráfico 1. Costuma contribuir virtualmente para causas políticas?



Com esse alto índice de contribuição da juventude à causas políticas no mundo virtual, postula-se que na contemporaneidade “os movimentos transitam, fluem, e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais” (BRINGEL;GOHN, 2012, p. 20), e que a internet chega como esse ambiente “não estruturado” necessariamente, “não organizado” de forma clara, mas que pode fortalecer pautas já discutidas no cotidiano de lutas dentro das organizações.

Há muitos jovens pertencentes a movimentos mais tradicionais que paralelamente legitimam suas lutas nas redes virtuais e fabricam reciprocidades entre movimentos presenciais e virtuais. Com singularidade expressam uma perspectiva em que o ambiente virtual não necessariamente rompe, mas fermenta e fortalece ideologias presentes em movimentos mais tradicionais.

A constante contribuição que a juventude estudantil fornece e absorve na internet vem promovendo um emaranhado de novos hábitos tanto para movimentos quanto para militantes, isso porque a condição tecnológica propicia modos diferenciados de relação. Reuniões e assembleias antes centralizadas em estruturas sólidas e hierárquicas, na internet, por exemplo, multiplicam seu funcionamento, e tornam mais difícil a cooptação e centralização de pessoas em torno de lideranças, partidos, etc. Um modo de participação menos centralizado na figura de líderes e instituições, e mais pautado por apelos imagéticos e informação, desenvolve, portanto, elementos inovadores para pulsões políticas, orientando e desestruturando uma diversidade de situações, que, sobretudo vêm se construindo com mais individualidade e autonomia por cada internauta, pois, com o aparato tecnológico minimizador da noção de grupo e território, adquire-se dimensões próprias de temporalidade, vontade, interesse, e território.

No episódio das “Jornadas de Junho”, por exemplo, ativistas ressaltam o modo pelo qual as convocações às ruas aconteceram: “não é mais partido e nem sindicato que convoca, pode ser

qualquer um, basta que haja sedução e adesão”²⁵. Para o ativista Luiz Carlos Alencar, presente nas “Jornadas”, as novas formas do agir político no mundo, e a multiplicidade de demandas de participação e deliberação, na atualidade, dizem respeito justamente às relações que mantemos dentro das redes sociais.

Se a maioria dos jovens, ativistas do movimento estudantil, contribuem para ações políticas virtuais, destaca-se ora similaridades entre a esfera virtual e a esfera presencial, ora diversidades. A interatividade entre esses dois mundos, dialeticamente, impõe acordos de projetos políticos juvenis não engajados necessariamente na lógica de referências concretas e materiais.

É possível que falsas informações sobre ações de políticos, por exemplo, sejam divulgadas aleatoriamente, como foi o caso da notícia que se disseminou na internet de que um “político foi morto em praça pública em Alagoas”. Há, até mesmo, militantes que se filiam a grupos que nunca conheceram na forma presencial, ou seja, não demandam referências presenciais. Das 3 coordenadoras de grupos virtuais entrevistadas, todas já participaram de grupos políticos que nunca conheceram na forma *off line*. A coordenadora do grupo “Roda Gestantes” salienta que “o Roda começou a partir de um grupo de mulheres que até então existia apenas no *Orkut*”²⁶.

A atuação de militantes no ciberespaço, portanto destaca a importância de um modelo de atuação política que não se afasta e sim dialoga entre espaços eletrônicos passíveis à dinâmica surreais, inventivas, e sem sólidas referências. A busca por direitos e justiça social em sua face virtual, ainda ganha entornos significativamente pessoais, pois mesclam projetos particulares (publicação de fotos de família, de amigos, imagem de bichos, de comidas), com denúncias sérias à toda ordem social. É possível que o perfil virtual de uma militante do movimento pelo parto humanizado, contenha informações e conteúdos políticos, e paralelamente, imagens e vídeos de toda sua história pessoal.

Precisamos levar em conta, nesse sentido, não somente o vigor tecnológico, mas também a força e a capacidade imaginativa dos jovens que se vivifica a partir de dinâmicas de

²⁵ Luiz Carlos Alencar- ativista entrevistado no filme documentário de Carlos Pronzato “A partir de agora as jornadas de junho no Brasil”.

²⁶ Entrevista feita em 05 de junho de 2014 com coordenadora do grupo do *Facebook* chamado Roda Gestantes.

entretenimento, auto imagem, conflitos, e ideologia política. Para a coordenadora do grupo Pediatría Radical “a internet ajuda a bagunçar ainda mais, dá prazer e excitações”.

O autor Marcus Mesquita (2009) faz um apanhado das formas atuais de organização do movimento estudantil universitário, reconhecendo os diversos atravessamentos culturais da contemporaneidade. Para ele, o sentido político atribuído às novas práticas associativistas do movimento estudantil, comportam um “laboratório de experiências de sociabilidade” que somente surtem efeitos quando atingem canais institucionais. Ou seja, antes de tudo, a construção de uma nova linguagem a partir de sociabilidades produzidas em canais de mediação, disponibilizam elementos vivenciais importantes para a construção de um *ethos* cultural aberto às inovações e transformações nos sistemas de participação social.

Desse modo, é possível pensarmos que os sentidos de liberdade, de conflito, ruptura de poder, e de ator coletivo, experimentados por jovens militantes do movimento estudantil nas redes de internet, tem fundamentado novos parâmetros para a definição do que seria a arena pública e política, assim, se dentro de grêmios, centros acadêmicos, e diretórios estudantis, a participação está ancorada segundo uma lógica ao longo dos anos aceita e seguida, quase que estatutária, nesses quinze anos de popularização da internet, o crescente ativismo virtual tem servido como canal de mediação, legitimado pela maioria de militantes estudantis, que não necessariamente segue uma lógica tradicional de atuação política.

No quadro da pesquisa com militantes do movimento estudantil, tanto participação (64%) quanto iniciativa e produção (42%) de manifestos políticos no mundo virtual apresentam um alto número de adeptos, daí o diagnóstico de que muitos jovens, mesmo envoltos nos movimentos mais tradicionais, crescentemente têm utilizado a rede como forma de viabilidade e continuação de suas propostas de atuação política.

Gráfico 2. Já iniciou alguma campanha política na internet?

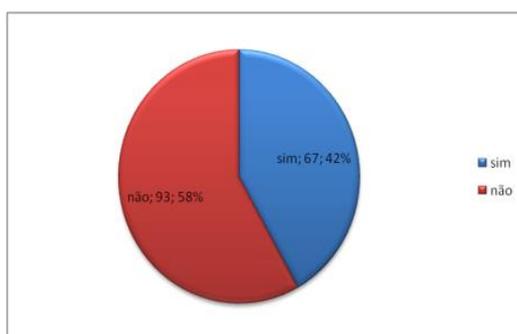
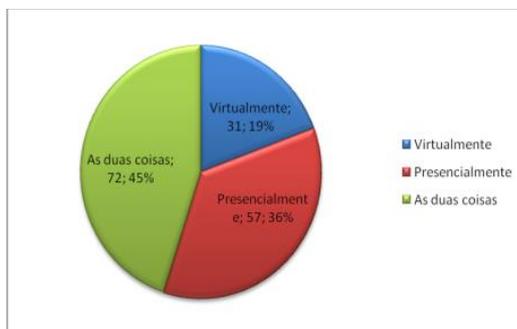


Gráfico3. Ultimamente tem participado mais virtualmente ou presencialmente?



Vê-se que quase metade dos militantes estudantis, aqui pesquisados, já iniciaram alguma campanha pela internet, isto é, 42% aproveitam o ambiente virtual e oportunizam lutas via computador. Com esse dado, de certa forma há que se pensar na crença de que a política nas redes virtuais é uma das várias formas de interferir e de transformar sociedades, empresas e os governos.

Para os jovens internautas, o imaginário tecnológico é capaz de produzir efeitos deveras tangíveis que se estruturam pela conversão de contextos virtuais/presenciais, e pela influência mútua dessas duas realidades, engendrando experiências comuns e imediatas do querer fazer, estar, e mudar a história.

No documentário do diretor Carlos Pronzato sobre as Jornadas de Junho no Brasil (2013), a militante Laíza Leal descreve o seguinte cenário:

é um momento até onde mesmo os estudiosos estão perplexos diante das diversidades, até porque eu acho que ninguém esperou por isso, mas é algo que já estava acontecendo há muito tempo, e com o boom da internet o processo foi se amadurecendo e a gente chegou onde está hoje (grifo meu).

O professor e ativista Walter Altino, em entrevista para o mesmo filme documentário ressalta:

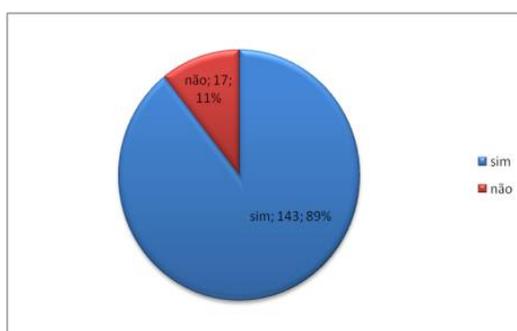
A revolta do busú aconteceu há 10 anos atrás aqui na Bahia e já anunciava uma nova forma de fazer política, a diferença é que na revolta do busú a internet ainda não era uma ferramenta de massa (grifo meu).

Segundo a pesquisadora Mary Garcia Castro (2014) as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil foram alimentadas, sobretudo por uma força jovem crítica e por redes sociais, no entanto, para

autora, mais se precisa refletir a respeito da colaboração de jovens em redes de internet, se além de sujeitos de reação, há de fato sujeitos de transformação social.

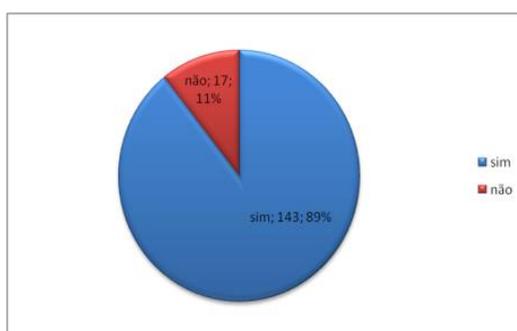
Vemos que, segundo a fala de jovens depoentes no documentário de Carlos Pronzato, as formas reinventadas do fazer política na internet interferem em processos que colaboram com mudanças na própria cultura política. Nesse sentido, os jovens respondentes da pesquisa com militantes estudantis acreditam que os movimentos virtuais de fato surtem efeitos políticos (89%):

Gráfico 4. Acredita que movimentos virtuais fazem efeito?



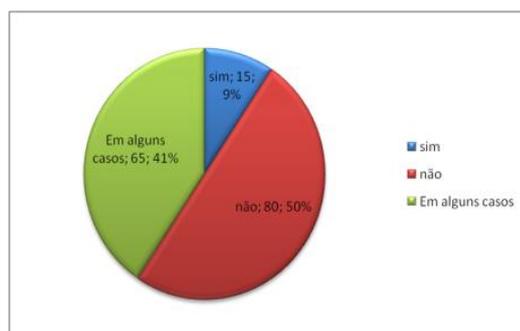
Esses jovens creem também que operar virtualmente com a política é uma forma de contribuir para transformação social (89%):

Gráfico 5. Agir pela internet pode contribuir para transformação social?



No entanto, movimentos sociais presenciais, para os jovens militantes estudantis, ainda engendram maior garantia de transformação social.

Gráfico 6. Movimentos virtuais podem fazer mais efeito do que sociais?



Já em relação ao discurso e prática de grupos virtuais, especificamente que dialogam parto humanizado no *facebook*, vem se caracterizando um apelo científico aos avanços comprovados do parto natural, e, sobretudo à luz de muita emoção e sentimentos as ativistas debatem prolongadamente sobre dor, espiritualidade, sintonia mãe/bebê/lar, detalhes da hora de parir como músicas que ouviram, gritos que deram, se choraram, seus centímetros de dilatação, falam das horas do parto, de danças que fizeram, se levaram ponto ou lacerações na vagina, a quem abraçaram, falam do conjunto de pessoas que estavam ao redor das mesmas, descrevem etapas do parto como a “partolândia”, o “círculo de fogo”, o “período expulsivo”, enfim, desse modo vão compondo um panorama que mescla minúcias da preparação para o parto, com críticas ferrenhas ao modelo tecnocrático imposto às mulheres dentro dos hospitais no momento de dar a luz:

Flávia Autran: *Acho que escolher o Parto Domiciliar com certeza passa pela **desconfiança do tipo de tratamento que vamos ter no hospital**. Acho que passa por uma **questão político-econômica** também.... Os tais procedimentos padrões... Produção em série. Não sou mais uma. Minha filha é única!*²⁷

Tatianne Frank: *Gi e Lula embalaram em um trabalho de parto que chegou no seu tempo, depois de 56 horas de bolsa rôta... e quando as contrações chegaram, foram pra valer, cada onda mais forte que a outra e eles se entregaram... sempre um ao lado do outro...e ela, como já esperávamos, **PARIU, cheia de instinto, cheia de poder**...A menininha(como era chamada até um dia antes de nascer) chegou neste mundo às 09:38 do dia 14/05/2014 de um parto de cócoras, na água e em casa. Foi aparada por sua mãe, na água quentinha e gostosa, sendo contemplada pelos pais por alguns minutos, depois foi suavemente levada ao colo e por lá ficou. **Seu primeiro contato foi cheio de carinho e respeito. Não foi levada pra longe deles, não foram feitos procedimentos desnecessários**, foi cuidada com muito calor e amor. Eles deram o que ela precisava; acariciaram, abraçaram, se olharam e se descobriram ali mesmo.*²⁸

²⁷ Entrevista concedida por Flávia Autran via *Facebook*, que optou por realizar parto domiciliar. Em 14 de maio de 2014

²⁸ Comentário feito pela Enfermeira Obstetra Tatianne Cavalcanti Frank no seu perfil de Facebook, postado na internet em 15 de maio de 2014, disponível em: <https://www.facebook.com/tatianne.frank?fref=ts>

O ambiente político virtual desses movimentos virtuais de mulheres, como vemos nos depoimentos acima descritos, vai de inscrevendo na ultra individualidade de questões corporais, na produção de uma narrativa fisiológica, e de uma narrativa estética que inspira elementos representativos de sonhos, amores, felicidades, liberdade.

Há, portanto uma ampliação da noção de sujeito político, e do que seria “combativo” para o “poder constituído”, e do que seria “atraente” e “convicente” para outras mulheres gestantes. O reconhecimento de direitos nesse caso perpassa mormente um projeto pessoal de alcance da felicidade, ante o que se considera violento ao corpo.

Segundo site do movimento *Parto do Princípio* o protagonismo individual é elementar para o processo de humanização:

Acreditamos que o primeiro passo no processo de retomada do protagonismo deve dar-se no **âmbito do indivíduo**. É preciso, antes de tudo, que cada mulher encontre dentro de si a força e a possibilidade da mudança. (SITE REDE PARTO DO PRINCÍPIO)

Por observação, verificamos que a formação da base política ideológica desses grupos de mulheres pela internet se dá com a divulgação de textos, imagens, vídeos de partos, e com discussões a respeito. Mas principalmente as experiências trocadas ganham mais importância que o “discurso médico”.

Formam assim grupos de solidariedade e conscientização, em zonas contextualmente políticas, de interesses institucionais, em que é possível, através da internet, reagir. Pois vemos cada dia mais crescer o número de mulheres que optam pelo parto humanizado, e essa opção, notoriamente não advém de conselhos médicos, mas de conselhos das mulheres, de ideais que constroem diariamente na *web*.

Em termos estratégicos, é interessante que a constituição de um movimento social atuante, especialmente na ordem do discurso virtual, dá-se com a divulgação de intimidades do corpo feminino como fotografias e vídeos de mulheres nuas na hora de parir. Tornou-se uma das formas frequentes de se posicionarem frente a um sistema que, segundo as ativistas, violentam vaginas, barrigas, mentes e bebês.

Ortega (2003) chamou de biossociabilidade a interação entre capital, medicina e biotecnologias. Para o autor, a biossociabilidade é uma forma apolítica constituída por grupos segundo interesses em saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade. Grupos esses que não se inscrevem nas antigas demarcações como raça, classe, estamento, ideologia política.

Na biossociabilidade prevalece a formação de um sujeito que deve se autocontrolar, autovigiar, autopericiar, a fim de corresponder aos critérios avaliativos da medicina fisicalista, que tem como pano de fundo o discurso do risco. Para o autor, na mesma proporção, “o interesse sobre o corpo gera o desinteresse sobre o mundo” (ORTEGA, 2003, p. 73), ou seja, a preocupação com o mundo, desde a antiguidade clássica, fora substituída pela preocupação com o homem, a descoberta de si, sua vida privada (ARENDETT *apud* ORTEGA, 2003).

No entanto essa análise de Ortega (2003) não deve ser apreendida de maneira generalizada, posto que, em alguns casos, como no movimento pelo parto humanizado, a biossociabilidade é uma de fato uma conquista política. A formação de uma rede de mulheres na luta pelo parto humanizado, com tarefas constantes de conscientização sobre seus corpos, evocando poderes de parir, e seus benefícios fisiológicos, torna-se uma atitude que transgride a “ordem” contemporânea que coloca o parto como medicinal e hospitalar.

Assim, a percepção das mulheres em relação ao poder/saber médico exercido sobre seus corpos e sexualidade sobressai, e uma disputa de discursos médico / paciente é travada nas redes diariamente, desconstruindo com relatos, vídeos e fotos, grande parte da “autoridade” de recomendações médico-institucionais.

“Pacientes” sistematizam todo um enredo de ciência contra práticas hegemônicas, baseados em artigos e documentos da Organização Mundial de Saúde- OMS e da Medicina Baseada em Evidências -MBE, disponíveis na internet. Nessas circunstâncias vê-se que os modos de maternar reivindicados por essas mulheres poderiam ser entendidos como expressões de um biopoder inscrito no corpo da população.

Danielle Freitas: A felicidade não cabe em mim, quando uma mulher pari em casa!!!! Esse bebê já nasceu remando contra a maré!!!!²⁹

Nessa fala, a integrante do grupo virtual Roda Gestante elogia uma mulher que postou seu relato e fotos da hora do parto humanizado. Danielle metaforiza que o bebê nasceu “remando contra a maré” justamente porque o parto humanizado se apresenta para essas ativistas como a maior manifestação individual de transgressão ao jogo mercadológico e autoritário que envolve a medicina obstetrícia e os hospitais brasileiros nesse momento.

É notório, portanto, que uma atividade naturalmente fisiológica como o parto, e tradicionalmente comum, como o “antigo” parto em casa, possa ser uma das maiores referências e exemplos para um movimento social. Tal como Robert Darton(1986) descreve que na Revolução Francesa gatos foram massacrados em ruas públicas como forma de protesto e deboche ao principal bicho de estimação da Elite Real, aqui, a referência à quebra de uma lógica hegemônica dá-se a partir de um evento no mínimo curioso, que é parir como nossas avós, mas, principalmente, demonstrar a todos, por meio da internet, que foi “capaz” de parir, que acreditou em seu próprio corpo e não o disponibilizou à médicos e hospitais em casos que seriam desnecessário.

Ganha sentido “fazer movimento com as próprias mãos”, isto é, contrariar toda uma ideologia que medicaliza o nascimento e “violenta” mulheres, com uma atitude individual, particular, em casa, por exemplo, na presença de família, tirando foto, postando imediatamente na rede. Vê-se assim um modelo de narrativa política bastante subjetiva, e privada, mas que afeta um imenso coletivo de mulheres.

Por todas essas expressividades, o movimento pelo parto humanizado, em sua face virtual, demonstra que a forma de transformar uma sociedade tem funcionado com a publicação de bastantes informações e experiências de outras mulheres. E que essa estratégia, aparentemente simples, não se separa da lógica em se opor e recusar todo um sistema de dominação nas ruas, com barricadas. Também um movimento social não contesta a ordem vigente apenas com apelos racionalizantes, genéricos e universais. É possível que a luta em defesa de nossos

²⁹Comentário feito pela internauta Danielle Freitas no relato de parto domiciliar de Shayana Busson postado na internet em 16 de janeiro de 2014, disponível em: <http://vilamamifera.com/parteriaurbana/relato-de-parto-domiciliar-em-maceio/>

corpos em um momento em nossas vidas, que é parir, tenha implicações e repercussões sociais de grande extensão.

Finalmente, a esperança de que vídeos e relatos de partos humanizados lançados na *web* comovam outras mulheres, bem como a divulgação de dados de saúde baseado em evidências científicas resgatem sua auto confiança, podem estar consagrando valores de militância calcados na ideia de que a ação coletiva pode se expressar em curtidas e compartilhamentos, mais do que presencialmente, pois talvez a forma mais representativa do movimento pelo parto humanizado hoje, seja através da internet.

VI. Conclusões

É sabido que em diversos episódios históricos a juventude esteve a frente incitando transformações políticas, portanto, agora com a ferramenta da internet, continuamos a apostar nessa tendência, mais ainda encorajada a batalhar por seus direitos e a lutar por ideais igualitários, todavia, a forma pela qual muitos estão buscando a afirmação desses direitos no ciberespaço, também provoca interrogações constantes, pois, o que aqui chamamos de “busca por direitos” ou “política no ciberespaço” pode também aspirar a ideia de “revolta confusa”, expressão desenvolvida por Bourdieu (1983).

Na “revolta confusa” não se poderia falar em construção política, pois a “revolta confusa” se caracteriza por formas anômicas e anárquicas de revoltas que comumente estão acontecendo, e representam questionamentos vagos, mais gerais, que nada aprofundam, e, portanto, não é político no sentido estabelecido, mas que poderia sê-lo; é um esquerdismo espontâneo, “algo que se parece muito a certas formas de consciência política ao mesmo tempo cegas em relação a si mesmas, porque não acham seu discurso” (BOURDIEU, 1983, p. 7).

Com uma visão mais crítica e aproximada das revelações “politizadas” na internet, ressaltamos a possibilidade de também estarmos diante de meros artifícios simbólicos capazes de minimizar o papel da “verdadeira” luta política, capazes de até mesmo apaziguar os ânimos do combate e enfrentamento às empresas e governos, com simples cliques de apoio ou repúdios visuais à determinadas situações de opressão. Assim, a disposição em trocar mensagens virtuais não estaria contribuindo de fato para um esvaziamento do debate político e até certo ponto provocando comodismos exagerados posto que mais fácil do que confrontar e se fazer presente, é simplesmente teclar?

Incumbi-nos repensar os significados da politização virtual que muitos indivíduos estão promovendo pela internet, temos essa visão crítica da realidade. Há casos mais “simples” de uso da internet como espaço público de conversação civil sobre política, mas há outros em que ações são concretizadas e surtem efeitos visíveis nos poderes políticos, jurídicos e empresariais. De toda forma as oportunidades de atuação virtual têm indicado o quanto o debate público sobre política no Brasil não está esquecido.

A participação política através da internet pode compreender desde um envio ou repasse de *email*, ao desenvolvimento de ativismos definidores. O ato de participar de alguma forma de um processo político é um mecanismo legítimo de reforçar a democracia, portanto, como a

internet cria oportunidades de participação, ela é um instrumento válido para o processo de alargamento da democracia, no entanto, há que ressaltar o papel dos jovens nesse processo, pois, a medida em que são eles os principais usuários da internet, pode-se garantir com isso, que são eles que têm iniciado o alargamento de uma onda democrática pelo país.

Se a internet contribui para a inovação no conceito de militância política, é a pergunta que, de maneira esparsa, tentou ser respondida.

Na literatura sobre o tema, é possível nos depararmos com uma variedade de ângulos a partir dos quais o assunto tenta ser descortinado. Há autores que traçam diagnósticos pessimistas relativos à disposição da esfera civil em tomar parte no jogo político pela internet, e há os que, mais entusiastas, acreditam que na disputa entre forças políticas, vale a pena usar qualquer arma, inclusive a internet, para estimular os cidadãos no envolvimento de arenas de discussão pública.

Os princípios e procedimentos corretos para a participação de cidadãos nas decisões de governos devem se preocupar com uma perspectiva capaz de refletir, de modo integrado, condições de acesso a informações verídicas, bem como acesso à todo o conjunto de argumentos lançados pelos governos e ativistas. Pois, ainda que aqui não se queira delimitar fórmulas de participação política, visto o caráter positivo do direito à liberdade de expressão, também não defendemos uma democracia que não atenda nenhum pré-requisito metodológico. Ou seja, uma coisa é o panorama de modos de participação na esfera pública democrática formal, a outra, de modo diferente, é a participação na esfera pública democrática informal.

Por fim, com o surgimento da tecnologia digital, o modo comunicacional político sofreu mudanças, assim como grande parte de seus locutores, jovens cidadãos, mas o desfecho dessa trajetória ainda se apresenta, em grande medida, de difícil apreensão.

É complexo concluir o tema da relação jovem, política e internet, pois a rede é muito dinâmica e os jovens também. Porém foi possível intuir, nesse primeiro momento, que o poder da participação política não está restrito às relações presenciais pessoais. Sem dúvida refletimos que o apoio que a *web* tem dado à vários movimentos políticos tem interferido no modo pelo qual a política tem se transformado, catalisando um tipo de participação política

muitas vezes motivada unicamente pelo atrativo das estruturas virtuais; ademais reconhecemos nesse trabalho uma juventude com militância múltipla, caracterizada pela capacidade de intervir em diversos ambientes ao mesmo tempo, por outro lado, uma participação fictícia e fugaz; uma militância com iniciativa política ligada às estruturas da rede como: criação de vídeos, de sites, blogs, grupos de *e-mails*, etc.

As condições de adaptação do mundo virtual com o mundo presencial que muitos jovens estão experimentando acabam por apontar, ainda que a passos lentos, um novo universo de representação coletiva e individual, passando naturalmente pela revisão de parâmetros e princípios pontuais do comportamento “politizado”.

Finalmente, estamos cientes da necessidade de melhor aprofundar o tema, considerando principalmente questões que envolvem legitimidade, sentido, impacto, e coerência nas novas formas de participação política juvenil no cyber espaço.

Referências:

ABDEL-MONEIM, SARAH GRUSSING. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. **Rev. Estud. Fem.**, Jan 2002, vol.10, no.1, p.39-64. ISSN 0104-026X

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. **Ciberativismo: mapeando discussões**. 37º Encontro Anual da ANPOCS – 2013.

AMADEU, Sérgio. **35º Encontro Anual da ANPOCS**. Ferramentas conceituais para análise política nas sociedades informacionais e de controle. 2011

AMADEU, Sérgio; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio (orgs). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**– São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra Portella. **Mapeamento Temático da História da Cibercultura no Brasil**. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- Fortaleza, CE. 2012.

ASSOUN, Paul-Laurent. **A escola de Frankfurt**. Trad. Helena de Cardoso. Publicações Dom Quixote. 1ª ed- Lisboa: 1987.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Trad. Maria Luiza Borges. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008. BOURDIEU, Pierre. A “Juventude” é apenas uma palavra. Entrevista. 1993.

BENNETT, W. Lance. Communicating Global Activism. Strengths and vulnerabilities of networked politics. **Information, Communication & Society**. Londres. 6:2 2003

BRAGA, Adriana. **Personas Materno-Eletrônicas: feminilidade e interação no blog mothern**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BOURDIEU, P. - **A juventude é apenas uma palavra**. In Questões de Sociologia , Marco Zero, Rio de Janeiro, 1983.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Rev. Política e Sociedade**. v. 10, n. 18 UFSC. 2011.

BRINGEL, Breno; MUNÓZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva internacional. **Rev. De Ciências Sociais Unisinos**, n.46. 2010.

BRINGEL, Breno; GOHN, Maria da Glória; (orgs). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRUNELLY, Viviane; TAVARES, Araújo. **O Papel das Redes Sociais na Primavera Árabe de 2011: implicações para a ordem internacional**. Boletim Mundorama, 2012. Disponível em: <http://mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>. Acessado em : 08 de abril de 2015.

BUSSON, Shayana. Representações sobre cidadania, participação e sexualidade: explorando o Orkut. **Revista Sociedade e Tecnologia**. Curitiba: Editora UTFPR n°. 10 – 1º semestre 2010.

CARRANO, Paulo; BRENNER, Ana Karina. **Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública**. Observatório Jovem: Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=541&Itemid=23 Acessado em: 10 de março de 2009

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. Tradução de: Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1999.

CASTILHO, Carlos. **Protestos estudantis na França servem como laboratório de ciberpolítica**. Site do Ministério da Cultura: Brasília. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2006/04/01/protestos-estudantis-na-franca-servem-como-laboratorio-de-ciber-politica/> Acessado em: 10 de fevereiro de 2008

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latinoam.cienc. soc. Niñes juv** 7(1): 179-208, 2009.

CASTRO, Mary Garcia. Emancipação, Cidadania e Juventudes: estes tempos. Cadernos FLACSO, n.11, Rio de Janeiro: 2014.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. Juventudes, grupos de estilo e identidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n 30, 1999.

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. Trad. José Marcos Macedo. Em: **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 27 de junho de 1999.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Vitor Sérgio. “Ondas, cenas e microculturas juvenis”. Plural, **Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.15, p. 99- 128, 2008.

FILHO, João Freire. Das subculturas às pós subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. **Contemporânea**, Vol. 3, n 1, p. 138-166, 2005

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa, 6ª Ed. Ed. Presencial. 1972.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 6ªed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2008.

GOMES, Wilson. A Democracia Digital e o Problema da Participação Civil na Decisão Política. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. II, set./dez., Rio Grande do Sul, 2005, p. 214-222.

HABERMAS, Jurgen. **A constelação pós-nacional. Ensaios políticos**. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo, Ed. Martins Fontes. 2012.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11 - 38.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. 1ª Ed. São Paulo: José Olympo. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA- IBGE. “Dados sobre acesso a Internet”. 2011.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. Trad. Arthur M. Parreira. 3ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1994.

JUNGBLUT, Airton Luiz. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, Jun 2004, vol.10, no.21, p.97-121. ISSN 0104-7183

LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: BRITTO, Sulamita (org). **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, v. III, p. 113-123, 1968.

LEMONS, André. Cibercultura e Baianidade., in **A TARDE**, 06/04/96.
Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemons/baiana.html>
Acessado em: 28 de setembro de 2008

LEMOS, A. L. M. Ciber-rebeldes. **Jornal A Tarde**, 08 mai. 1996. Disponível em: <
<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/rebelde.html>
Acesso em: 14 jan. 2015

LEMOS, André. Ciber-Socialidade - Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. In: Ione Bentz; Albino Rubim; José Milton Pinto. (Org.). **Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, 1999, v. , p. 9-22.

LEMOS, André. Ficção científica cyberpunk: o imaginário da cibercultura. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 3, n. 6, p. 9-16, 2004.

LEMOS, André. Cibercultura Punk. **Rev. Cult.** 2010. Disponível em:
<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/cibercultura-punk/>. Acesso em: 29 dez 2014

LEMOS, André. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. **Rev. Galaxia** (São Paulo, Online), n. 25, p. 52-65, jun. 2013.

LÉVY, Pierri. **Ciberdemocracia**. Lisboa. Instituto Piaget, 2002.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Rev. Sociologias**. nº 18. Porto Alegre July/Dec. 2007.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: **Diagnóstico do nosso tempo**. Rio e Janeiro: Zahar, p. 36-61, 1961.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. **Rev. Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia**. Sept-Dec, 2010, Vol. 17(3).

MALINI, Fábio. **O comunismo das redes: sistema midiático p2p, colaboração em rede e novas políticas de comunicação na internet**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 03/2007, 330 pg.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação Política e Internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2008.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITTO, Sulamita (org). **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, v. III, p. 81-106, 1968.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do Eu**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. Trad. Suely Bastos. Ver. **Lua Nova**, nº 17. São Paulo, Junho, 1989.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, Cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2009.

NOVAES, Regina. **A Juventude de Hoje: (Re) Invenções da Participação Social**. Resumo da Conferência do 75º aniversário da Fundação W.K.KELLOG. São Paulo: 2005.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV, p. 139-165, 1990.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi, (Orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SCHICCK, Mônica. **Ciberativismo: um olhar sobre as petições online**.2008. Acessado em: 20/04/ 2013. Disponível em :<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schieck-monica-ciberativismo.pdf>

STREET, John; SCOTT, Alan. From Media Politics to E-protest: The use of popular culture and new media in parties and social movements. **Information, Communication & Society**. Londres. Vol 3, June 2000 , pag 215 – 240. 2000

SOUZA, Jessé. **A construção social da sub-cidadania: para uma sociologia política da modernização periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG. 2003.

WARREN, Ilse Scherer-. **Movimentos em cena: e as teorias por onde andam?** XXI Reunião Anual da ANPED. Caxambú, set. 1998.

WARREN, Ilse Scherer-. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, vol.21, nº1. Jan-abr 2006.

Warren, Ilse Scherer- **Movimentos em cena... e as teorias por onde andam?**, nº 15, outubro de 1998

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais parte 1**. Trad. Augustin Wernet. São Paulo, 2ª ed. Ed. Cortez. 1973

WEBER, M. **A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais**, in Gabriel Cohn (org.), Weber. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn, São Paulo: Ática, 1979